Câmara Municipal de Óbidos		420
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2025

---Aos 16 dias do mês de maio do ano de 2025, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Óbidos com a presença de Filipe Miguel Alves Correia Daniel, Paulo Manuel Clemente Gonçalves, José Joaquim Simão Pereira, Ana Maria Ramos de Sousa, Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis, Vítor Paulo Herculano Rodrigues e Telmo de Sousa Félix, respetivamente Presidente e Vereadores.-----

---Encontravam-se ainda presentes: Anabela Baptista - Consultora Jurídica.-----

---Pelas 09 horas e 35 minutos o Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, cumprimentou todos os presentes, tendo-se entrado de imediato no-----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

---126 - **APROVAÇÃO DE ATAS**: Foi presente para aprovação a ata número 09/2025 da reunião ordinária de 02 de maio de 2025, desta Câmara Municipal, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.-----

---Foi aprovada por unanimidade, com as alterações sugeridas, a ata número 09/2025, referente à reunião de Câmara do dia 2 de maio de 2025.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, deu início à reunião, cumprimentando todos os presentes. Antes do período da ordem do dia deixa algumas notas. -----

Comunicou, relativamente à situação dos estabelecimentos de ensino, que, em virtude de um dia de greve escolar, alguns Agrupamentos de Escolas e Jardins de Infância (JI) virão a encerrar, em virtude da falta de recursos humanos para garantir os serviços mínimos necessários. -----

Deixa também uma nota relativa ao evento evento GAMING que decorreu de sete a onze de maio, referindo que estiveram presentes cerca de quarenta mil visitantes distribuídos pelos vários espaços, sendo estes espaços a Cerca do Castelo, onde estive uma grande parte da estrutura, a Praça da Criatividade e o próprio Parque da Ciência e Tecnologia, local onde decorreram as “Dev Sessions”, áreas de formação e capacitação onde estiveram representados, onze países entre os palestrantes. Refere a importância da internacionalização e importação de conhecimento dentro da área do gaming e da indústria criativa, reconhecendo que foi uma edição com muito sucesso. Refere também que este modelo ligado à educação, à pedagogia, à formação, era a transição que queria fazer para um evento mais profissional, embora com alguma parte lúdica, numa perspetiva mais profissional, mais pedagógica e em linha com aquilo que pretende trabalhar com a parte da pedagogia e das novas profissões ligadas à parte tecnológica. -----

Deu nota também que estiveram representados na Feira do Livro, em Granada. Refere que Óbidos foi parceiro convidado no âmbito dos autores que já fizeram as residências literárias e trabalho associado à literatura e à mulher. Diz que há uma forte possibilidade de possíveis e futuras parcerias, ressaltando o fato Óbidos ter sido considerada cidade criativa desde 2014, e reconhecida como Capital do Mundo Mundial da Cultura. Salaria a importância da relação institucional e

Câmara Municipal de Óbidos		421
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

internacional no âmbito das parcerias estratégicas que têm, nomeadamente da cultura e em particular com a literatura. Informa que vereadora foi palestrante e salienta o bom acolhimento e receção a que foram sujeitos, perspetivando um futuro para novas relações. -----

Informa que esteve presente na Expo Osaka no âmbito da Comitiva CimOeste, em Tóquio. Informa também que esta visita teve como propósito não apenas a presença na Expo, mas igualmente a realização de diversas reuniões, onde teve a autoridade de abordar, falar e, de alguma forma, partilhar preocupações e oportunidades com a Sra. Ministra da Cultura, informando que esta abriu o dia Portugal, no âmbito da própria Expo. Faz referência também ao dia de Lisboa, informando que estiveram presentes o Sr. Presidente da Câmara Carlos Moedas, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Dr. Nuno Sampaio e José Luís Águas, tal como, a Dra Lídia Monteiro, do Turismo de Portugal. Salienta o ambiente descontraído que se fazia sentir, ainda que formal, permitindo fazer relações e aproximar. Deu nota de que o Pavilhão de Portugal resultou de um concurso de ideias vencido por um arquiteto japonês. Explicou que o pavilhão utiliza um sistema de cabos — e não de cordas, como lhe foi inicialmente explicado — sendo composto por uma estrutura fixa interna. Informando que o acabamento do pavilhão é constituído por cabos que simbolizam os cabos puxados das velas para as naus que chegaram ao Japão. Destaca que o pavilhão foi reconhecido como um dos mais bonitos da Expo, salientando o investimento considerável efetuado. Refere que o pavilhão remete para a história da investida portuguesa há cerca de cinco séculos no Japão, país com cerca de 123 milhões de habitantes e que tem a maior cidade do mundo, com aproximadamente 43 milhões de habitantes. Salientou a reflexão sobre a diferença demográfica em comparação com a realidade local, apontando a grande diferença em termos de trânsito e fluidez urbana. Enfatizou o investimento estruturante efetuado naquela cidade, nomeadamente na ferrovia e em redes viárias, muitas delas em três níveis, sublinhando a limpeza urbana exemplar, onde não se observa lixo ou beatas, situação que suscita reflexão sobre a gestão urbana e territorial adequada para a nossa comunidade. Reconheceu que este comportamento resulta de uma questão cultural, desenvolvida desde a infância, e que a mudança para um modelo semelhante deve ser um caminho gradual, a ser realizado ao longo de várias gerações. Destaca as grandes oportunidades que o território, nomeadamente Óbidos, pode oferecer. No entanto, apontou a limitação turística devido à distância, mencionando que o Japão fica a cerca de 22 horas de voo com escalas, não existindo voos diretos, o que torna a visita de turistas japoneses mais penosa. Apesar disso, mencionou a presença de uma comitiva japonesa e a perspetiva de importação de conhecimento para o desenvolvimento do turismo sustentável na região. Menciona também o contacto com o Dr. Tiago Toledo, focado na dimensão cultural, com destaque para a partilha da experiência das residências literárias e o intercâmbio cultural com o Japão. Relata que a comitiva foi recebida pelo Sr. Embaixador Jerónimo na Embaixada de Portugal em Tóquio, numa receção calorosa, destacando a proximidade do embaixador, apesar de estar em funções há pouco tempo, substituindo o Dr. Vítor Sereno. Enfatiza que o embaixador apontou para grandes oportunidades decorrentes das dificuldades que possam surgir, nomeadamente na exportação de produtos frutícolas não perecíveis, como a maçã e a pera rocha, embora assinalando limitações para produtos mais perecíveis, como morangos e hortícolas, devido à

Câmara Municipal de Óbidos		422
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

distância. Destacou também a importância do setor do vinho, que tem vindo a perder alguma força, mas que continua a ser estruturante e muito relevante para o país. O Interveniante mencionou a oportunidade de provar vinhos de vários países e destacou a superioridade dos produtos nacionais, apontando esta área como uma grande oportunidade de crescimento. Salienta a relação aberta entre as vertentes cultural e empresarial, agradecendo e reconhecendo a atuação do Sr. Embaixador, que percebeu o potencial do território e as possibilidades de escalar estas oportunidades. -----

Referiu que foi muito importante a receção em Óbidos da comitiva japonesa composta por 28 pessoas, ligadas aos setores económico e turístico. Destacou o contributo do Dr. Miguel Garcia, Adjunto Comercial Económico, no âmbito das indústrias criativas, nomeadamente na área do gaming, e a possibilidade de partilha de conhecimentos entre formadores portugueses e japoneses, visando o desenvolvimento conjunto destas competências. -----

Dá nota de que recentemente recebeu novas informações relativas aos procedimentos em curso, informando que no dia 19 de maio irão recomeçar as pinturas horizontais e no dia 26 de maio as demarcações horizontais, nesta fase, na União de Freguesias de Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa. No início de junho, as guardas de proteção também serão colocadas, sendo que as datas diferem por se tratar de trabalhos realizados, seguramente, por subempreiteiros distintos. Mencionou que já foi possível constatar que, após as demarcações horizontais na Nacional 8, os *pinos* já foram colocados, embora já falte um junto à PRIO, conforme estava previsto. -----

Deu ainda conta de que os últimos lotes discutidos em hasta pública foram todos adquiridos, tendo sido concluída a venda dos 31 lotes que compõem a primeira fase do Parque Tecnológico de Óbidos. Realçou a importância desta venda no âmbito da dimensão e procura constante de implementação de empresas no território, sendo extremamente positivo o fato de que mais de metade dos lotes foram vendidos durante o atual mandato, nomeadamente em quatro hastas públicas, com 17 lotes vendidos nesta última e final fase. -----

Comunicou também uma notícia menos agradável, relatando uma frequência anormal de ruturas de água na zona da Sancheira, incluindo a rutura do próprio depósito, o que motivou uma solicitação ao concelho vizinho de um depósito com capacidade de cerca de 21 mil litros para permitir a reparação do depósito da Sancheira. Informou que se está a procurar uma oportunidade para realizar a resolução da situação por administração direta, no que concerne à conduta que liga os depósitos das Vieiras à fonte da Sancheira. Referiu que a intervenção envolverá a elaboração de um plano de segurança, com o apoio da Guarda Nacional Republicana, para garantir a segurança dos colaboradores da Câmara. Prevê que será necessária a substituição da conduta, devido ao elevado número de ruturas em curto espaço de tempo, o que tem causado constrangimentos à população. -----

---**A VEREADORA ANA SOUSA**, cumprimentou todos os presentes. Questiona, relativamente aos lotes do Parque Tecnológico, sendo que foram vendidos trinta e um, dezassete durante este mandato, se o Presidente tem, para além do número de lotes vendidos, o preço médio da alienação. Pelo menos o valor dos dezassete que foram alienados neste nosso mandato. -----

Refere que, relativamente às matérias trazidas à reunião, destaca a questão do

Câmara Municipal de Óbidos		423
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

depósito da Sancheira, entendendo que se trata de uma situação que tem causado grande constrangimento, a qual espera estar em vias de resolução. Solicitou que sejam fornecidos prazos e datas concretas para que todos estejam cientes de quão breve será possível ultrapassar esta situação, permitindo que os residentes da zona afetada tenham a sua situação regularizada. -----

Salientou a realização das eleições antecipadas, das quais teve o prazer de participar na qualidade de membro da mesa. Aproveitou para agradecer aos trabalhadores envolvidos na organização e execução do processo eleitoral, destacando o seu profissionalismo, prontidão e espírito voluntário demonstrados, deixando assim o seu reconhecimento e agradecimento. Informa que a afluência em Óbidos foi bastante elevada, referindo que a abstenção foi muitíssimo baixa, recordando que tinham quatrocentos inscritos e tiveram trezentos e oitenta e um eleitores, afirmado ser um facto representativo. Refere que tiveram não só pessoas do Concelho, mas como de todos os Círculos Eleitorais, nomeadamente dos Açores, dizendo ser curioso uma vez que podem ser pessoas já a residir no concelho, mas que ainda não atualizaram os seus cartões, mas a maioria deles são pessoas que claramente estão em passagem pelo no território. Informa da diversidade de eleitores quanto às suas origens, dando nota que de facto houve intenção real das pessoas colaborarem, participarem e exercerem o seu direito de voto e dever nestas Eleições antecipadas. Refere que, tendo em conta o número de participantes e a adesão, o processo eleitoral em questão foi diferente do processo habitual. Explicou que, no processo normal, a pessoa dá a saída, é conferida, exerce o voto e deposita-o na urna, concluindo rapidamente. Contudo, este processo em particular foi mais burocrático, envolvendo vários procedimentos adicionais, com votos a serem contados para a frente e para trás. Salientou que este método faz com que o ato de votar demore mais tempo, tanto para o eleitor como para os membros da mesa que acompanham o processo. Diz que existe um referencial com alguma indicação, alguma orientação por parte da CNE ou do Ministério, no sentido que até quinhentos eleitores inscritos haver só uma mesa de voto. Menciona que, tendo em conta aquilo que assistiu, quem quis exercer o seu voto teve que esperar cerca de quarenta minutos, referindo que na sua opinião não parece o mais adequado e deixa como sugestão, embora nas próximas eleições já não será este Executivo que estará a fazer essa organização, que perante um número de quatrocentas pessoas inscritas não parece adequado existir só uma mesa de voto, dizendo que torna o processo muito complicado, gerando grande stress de quem está na mesa e, sobretudo, o tempo que as pessoas estão à espera para exercer o seu direito e dever. -----

Refere a questão de dois trabalhadores da Óbidos Criativa cuja situação não se encontra, alegadamente, totalmente regularizada no que respeita ao pagamento de trabalho suplementar. Embora não possa afirmar com certeza absoluta os contornos legais da situação, indicou que este é o enquadramento que resultou da sua análise e observação. Referiu ainda que se trata de uma situação que não é recente e que se arrasta há vários anos, sendo que, em pelo menos um dos casos, a situação de falta de regularização é mais prolongada do que no outro. Sublinhou que existem diferenças entre os montantes em falta ou as situações a regularizar de um trabalhador para outro. Solicitou esclarecimentos sobre o assunto, manifestando vontade de o ver esclarecido antes de se avançar para outros pontos da ordem de trabalhos. Indicou ainda que, do seu conhecimento, a Vereadora Margarida está a par desta matéria e presumiu que o Sr. Dr. Ricardo

Câmara Municipal de Óbidos		424
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

Duque também tem conhecimento da situação. -----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA** solicita à Vereadora Ana que conclua a sua exposição, considerando que esta se encontra a fazer uma afirmação perante o órgão, apesar de, no início da sua intervenção, ter referido que não dispunha da garantia da veracidade da informação que estava a apresentar. Nesse sentido, declara que não poderá tomar posição ou deliberar com base em suposições. Pergunta se tem a confiança naquilo que está a dizer. -----

---**A VEREADORA ANA SOUSA** esclarece que a única suposição que faz é relativa à possibilidade de, à data atual, a situação já se encontrar regularizada, tendo em conta que a informação de que dispõe tem um hiato temporal de cinco dias. Reconhecendo que, entretanto, a situação pode ter sido resolvida, sendo essa a única suposição por si feita. -----

Esclarece que o restante da sua intervenção assenta na informação que recolheu e que lhe foi transmitida, reportando que se trata de dois trabalhadores que, durante vários anos, cumpriram um horário de quarenta horas semanais, apesar do seu horário de trabalho contratual não corresponder a esse regime. Assim, o excedente de horas deveria ter sido compensado, quer através do pagamento de trabalho suplementar, quer por atribuição de folgas compensatórias. -----

Indica que, embora em algumas situações tenham sido atribuídas folgas e noutras efetuado o pagamento de horas suplementares, o processo em causa não se encontra ainda concluído nem devidamente clarificado. -----

Afirma não ter qualquer problema em identificar os trabalhadores em questão, referindo que, segundo o seu conhecimento, a Senhora Vereadora Margarida está informada sobre a situação e saberá a quem se refere. Em resposta à solicitação do Senhor Presidente da Câmara para que identificasse os trabalhadores, a Interveniante reforça que, se houver conhecimento prévio das situações, poderá não ser necessário nomear os envolvidos, exceto se existirem outros casos semelhantes. Reitera, contudo, que tem conhecimento das identidades e poderá indicá-las, caso assim seja solicitado. -----

---**A VEREADORA MARGARIDA REIS** intervém esclarecendo que existe um equívoco relativamente à situação referida anteriormente. Informa que, caso a informação referida seja de há cinco dias, a situação encontra-se já resolvida há mais tempo do que esse período. Afirma estar a falar com total clareza e sublinhou que esta situação remonta a vários anos, tendo sido objeto de tentativas anteriores de resolução. Esclarece que, há cerca de três semanas (ou mais), foi realizada uma reunião com a responsável pelos Recursos Humanos, com a funcionária em questão, na qual toda a situação foi analisada detalhadamente, hora a hora. Referiu que a documentação resultante dessa reunião foi posteriormente apresentada numa reunião de administração com o objetivo de proceder à devida regularização. Afirma, assim, que a situação se encontra mais do que regularizada, não podendo, por isso, ser reportada a um período de apenas cinco dias. Acrescenta que este tema foi abordado novamente na última reunião em que participou, que teve lugar na última terça-feira, e onde foram discutidas especificamente as horas extraordinárias. -----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA** intervém esclarecendo que, conforme exposto pela Vereadora Margarida, teve lugar uma reunião com o Conselho de Administração, na qual foi definida a regularização da situação em causa. Explicando que, nessa reunião, a matéria foi analisada de forma detalhada, tendo sido tomadas decisões para a sua resolução. Acrescenta que, embora a

Câmara Municipal de Óbidos		425
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

Vereadora não acompanhe necessariamente todas as fases do processo até à sua conclusão, a informação de que dispõe permite compreender por que razão, eventualmente, ainda não foi efetuada a transferência dos valores em questão. Refere ainda que se está a gerar um impasse, uma vez que a Vereadora Ana apresenta uma versão e a Vereadora Margarida outra, sendo que nenhuma das partes tem total certeza quanto ao estado atual da situação. Reforçando que, de acordo com as indicações da Vereadora Margarida, transmitidas em articulação com o Conselho de Administração, foi determinada a regularização com base nos termos acordados. Tendo em conta as divergências existentes, informa que tanto ele como a Vereadora Margarida irão apurar se a regularização foi, de facto, concretizada. Adiantando ainda que está agendada uma nova reunião para o próximo dia 30, na qual será prestada informação definitiva sobre o estado da situação. Concluiu afirmando que, caso tenha sido decidido proceder à regularização e tal ainda não tenha ocorrido, será necessário apurar responsabilidades relativamente a quem não executou o que foi determinado. -----

---**A VEREADORA MARGARIDA REIS** informa que já foi realizada uma reunião entre a responsável dos Recursos Humanos e a funcionária em questão, tendo sido elaborado um plano de ação detalhado, contendo o registo de todas as horas extraordinárias prestadas. Referindo que teve oportunidade de visualizar esse documento, que inclui, de forma discriminada, o número de horas por dia e por ano. -----

No âmbito do Conselho de Administração, foi definido que a situação dos trabalhadores em causa deve ser regularizada. A Vereadora acrescenta que, embora a responsabilidade pelos acontecimentos do passado não lhe seja imputável, irá agora assumir a responsabilidade de resolver uma situação com a qual pessoalmente não concorda. Admite que a situação a deixa desconfortável, não por vergonha, mas por não ter sido responsável pelas decisões anteriores. --- Salaria que todos, enquanto humanos, devem manter uma postura atenta perante estas situações. Reforçando que a orientação transmitida foi clara: deve ser pago o que for devido, seja em tempo compensatório ou em verba, conforme o acordo a estabelecer com os trabalhadores e dentro dos limites legais. Sublinhou que não faz sentido atribuir dias de descanso quando os trabalhadores pretendem o pagamento em dinheiro, e que, desde que esteja dentro da legalidade, tudo deve ser pago de forma justa. -----

A Vereadora informa ainda que essa foi precisamente a orientação acordada consigo, com o Dr. Ricardo e com o Senhor Paulo Santos: proceder à regularização da situação. -----

Refere que a concretização da reunião só foi possível após alguma insistência, dado existirem diferentes visões entre os envolvidos. Acrescenta que a funcionária confirmou a situação, e que, sendo a Vereadora que mais diretamente tem abordado o tema com ela, levou essa informação ao Conselho de Administração com total transparência. -----

Informa ainda que a situação chegou ao sindicato, tendo acompanhado a colaboradora nesse processo, o que considera legítimo. Acrescentou que também já foi sindicalizada e que reconhece a utilidade desses mecanismos para obter pareceres e opiniões. -----

Conclui que a reunião realizada permitiu definir o plano de pagamentos e que, caso o pagamento ainda não tenha sido efetuado há cinco dias, irá verificar a razão dessa pendência. -----

Câmara Municipal de Óbidos		426
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

---**A VEREADORA ANA SOUSA** esclarece que a sua intenção não era desvalorizar a informação da Vereadora Margarida, mas sim contestar a afirmação de que a situação estaria totalmente regularizada. Reforça que, para si, a situação só pode considerar-se regularizada quando os pagamentos forem efetuados e ambas as partes concordarem que tudo está saldado e devidamente orientado. Reconhece ainda que, no âmbito da gestão, as decisões são tomadas para assegurar que os processos avancem e as questões sejam resolvidas. -----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA** reitera o que já tinha afirmado anteriormente, salientando que cada parte apresenta uma versão diferente da situação. Informa que irá proceder à apuração se foi dado seguimento à indicação do Conselho de Administração. Refere que possui evidências que indicam a necessidade de regularizar situações que remontam a vários anos, inclusive décadas, ainda por resolver. Acrescenta que os trabalhos para resolver estas pendências vão continuar, dado tratar-se de casos de pessoas vinculadas a empresas, o que naturalmente gera alguma tensão e desconforto. Destaca a importância de se colocar na posição dos outros, manifestando que essa tem sido a sensibilidade adotada. Enfatiza que não basta afirmar que as finanças estão equilibradas, enquanto se adia a regularização das situações financeiras de pessoas que dependem do dinheiro para o seu sustento e que, por isso, trabalham. Reforça que a regularização é uma prioridade. -----

---**A VEREADORA ANA SOUSA** continua a sua intervenção, relativamente à ocupação do espaço público na Vila de Óbidos, tema já discutido em reuniões anteriores. Manifesta que foram notórias melhorias nesta área, mencionando que alguns comerciantes retiraram mobiliário e adornos que não estavam em conformidade com o regulamento municipal. Contudo, verificou que alguns estabelecimentos ainda não procederam à devida remoção. Questiona se a Câmara Municipal efetuou alguma notificação para essa finalidade, acreditando que sim. Referiu que, durante a sua última visita à Vila, no sábado, constatou que várias empresas ainda não cumpriram o regulamento. Reforça que, havendo um regulamento, cabe à Câmara Municipal executar os procedimentos necessários para a sua aplicação. Alerta para o risco de, caso nada seja feito em relação às empresas que não acataram o regulamento, existir um sentimento de desigualdade e injustiça, o que considera desagradável. Assim, questiona sobre as ações já tomadas pela Câmara em relação a esta situação, incluindo prazos e medidas em curso. -----

Aborda a questão das arribas e falésias das praias do Litoral Oeste, reconhecendo as características específicas e a erosão progressiva dessas formações. Informa ter recebido a notícia, sem confirmação presencial, de possíveis fissuras numa falésia designada, solicitando informações à Câmara Municipal sobre a veracidade dessa situação. Pergunta quais as medidas previstas para atuar caso a informação se confirme, lembrando que, recentemente, a responsabilidade sobre essa falésia foi transferida para a Câmara Municipal. Expressa dúvidas sobre se outras zonas, como o Gronho, foram igualmente incluídas nesse processo de transferência, solicitando esclarecimentos. -----

Por fim, aborda a existência de dois edifícios municipais na Rua da Corujeira em Gaeiras, manifestando compreender a função do edifício do lado esquerdo, mas questionando o uso do edifício do lado direito, perguntando quem são os seus utilizadores e se a sua utilização tem legitimidade. Indagou também quem possui

Câmara Municipal de Óbidos		427
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

as chaves do portão de entrada e do referido edifício, assim como que atividades decorrem naquele espaço durante o período noturno. Presumindo que terceiros têm acesso a esse edifício, questiona se há conhecimento de alguma situação irregular ou ilegal relacionada ao seu uso, e quem seria responsável por tal. -----

---**O VEREADOR PAULO GONÇALVES** cumprimenta todos os presentes e pede informação sobre a possibilidade de o colaborador Municipal da Proteção Civil assumir funções nos Bombeiros Voluntários de Óbidos. Em caso afirmativo questiona se foi apresentado o pedido de acumulação de funções e qual o despacho sobre o mesmo. -----

Cumprimenta as marcações de estradas, a pintura horizontal, referindo que transmitem um ar de segurança completamente distinto. Consta que falta sinalização das passadeiras, nomeadamente em locais onde há alunos, assim como nos sinais de trânsito que se apresentam com ferrugem. -----

Quanto à taxa turística refere que receberam pelo chefe do gabinete, a informação que solicitaram, a descrição das verbas arrecadas declaradas dos anos 2022, 2023 e 2024. Questiona quanto é que dessa verba provem da hotelaria e do alojamento local. Diz que já há uma distribuição mensal que já dá para perceber o impacto que alguns eventos têm. -----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA** intervém dizendo que os dados que possuem é que a hotelaria corresponde a 60% e os alojamentos locais representam 40%. ----

---**O VEREADOR PAULO GONÇALVES** solicita que lhe seja disponibilizada a informação referente à situação reportada. Informa que recebeu fotografias do passeio entre o Senhor da Pedra e a Ponte dos Patos, onde foi registado o abatimento de parte do passeio, representando um risco para a população. Reportando que, por um milagre, ontem não ocorreu um acidente com uma criança nesse local. Enfatiza que se trata de uma situação prioritária e extremamente perigosa, da qual não há alternativa senão a sua urgente resolução. -----

Adicionalmente, menciona o tema dos lotes do Parque Tecnológico, solicitando informação sobre os prazos para apresentação de projetos e para a construção, bem como sobre o nível de cumprimento por parte dos interessados. -----

Informa que dois alunos do Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos foram apurados para o Campeonato Nacional de Juvenis do Desporto Escolar, a realizar-se em Matosinhos, destacando que estes estão entre os 24 melhores atletas do país. -----

Refere que o chefe de gabinete lhe enviou informações relativas aos lugares de chefia de divisões e subdivisões da Câmara Municipal, indicando que sete lugares de chefe de divisão estão atualmente previstos: cinco já preenchidos, dois ainda por ocupar (administrativa jurídica, anteriormente ocupada pela Doutora Cecília, e coesão territorial). Dos cinco lugares ocupados, quatro foram preenchidos através de concurso público, restando por ocupar a Divisão de Governança. -----

Em relação aos sete chefes de subdivisão, quatro cargos estão ocupados e três ainda por preencher, nomeadamente na logística municipal, no turismo e no desporto. Acrescenta que quatro dos cargos atualmente ocupados estão em regime de substituição. -----

Por fim, destacou a importância de atenção a este tema, considerando que o regime de substituição é uma situação problemática que afeta a estabilidade e segurança dos trabalhadores. -----

---**O VEREADOR VÍTOR RODRIGUES** menciona o assunto exposto

Câmara Municipal de Óbidos		428
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

anteriormente e que em tempos já o tinha mencionado e é uma situação desagradável à semelhança de uma outra que também já tinha chamado à atenção que é do Parque da Criatividade. Apesar de o Presidente achar que os problemas estão bem, os problemas continuam a existir. -----

Menciona que ouviu uns *zuns zuns* sobre o excesso de barulho na Rua Direita no Gamming. Que foi um absurdo, as esplanadas ficaram vazias. -----

Questiona se já houve desenvolvimentos sobre o muro do Sr. da Pedra. As pessoas continuam a usar o espaço e está cada vez mais degradado. Tem havido celebrações religiosas e quem desce e se encosta ao muro é a degradação total.

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA** agradece pelas questões colocadas. Relativamente à questão dos prazos também vai querer saber, mas para tal é necessário definir um plano de segurança, é preciso que o chefe de divisão ou a equipa técnica faça um plano de segurança e que junto da equipa se apure qual é o tempo necessário para a intervenção. -----

Informa que vai dar indicação para fazer levantamento do estudo de sinalética, de segurança e de todos os mecanismos necessários. -----

Agradece o reconhecimento aos profissionais do município em relação às Eleições. Em relação ao número de mesas ser insuficiente a questão foi definida com bastante antecipação e se tivessem conhecido o número de pessoas previamente teria sido mais fácil definir o número de mesas. -----

Relativamente à questão dos trabalhadores da Empresa Municipal a Vereadora Margarida já esclareceu. -----

A questão da ocupação do espaço público deixa a nota, que conforme reunião passada, foi produzido um ofício com o prazo de até dia 17 de Abril ser retirado os balcões ou tudo o que tivesse irregular face ao Regulamento. Refere que o Regulamento terá que ser melhorado e aquilo que fazem é fiscalizar e atuar em conformidade. -----

Sobre a questão das arribas e falésias diz que não é da sua competência e o que o Serviço de Proteção Civil vai acompanhando e monitorizando esta situação. Vai solicitar uma visita ao local para comparar com a anterior visita e desta forma atuar da forma que for necessária. -----

Relativamente ao edifício da Corujeira a parte esquerda está destinada para produção e manutenção dos cenários da Empresa Municipal, do lado direito uma oficina que faz umas manutenções da parte de máquinas e serralharia civil e foi cedido espaço ao Clube de Tiro Oeste. Está a ser preparada a propriedade horizontal para se poder atribuir o espaço ao Clube. -----

Relativamente aos esclarecimentos solicitados pelo Vereador Paulo Gonçalves estão a aguardar o parecer jurídico sobre a acumulação de funções do colaborador municipal da Proteção Civil. Agradece a referência e reconhecimento às marcações horizontais. Informa que é necessário estar-se consciente que o próximo investimento na rede viária vai exigir novo parecer do Tribunal de Contas. É um assunto que vai levar algum tempo e dois anos será muito tempo para estar sem marcações. Sobre a largada de passageiros diz que é necessário fazer um reforço destas situações até com a própria iluminação reforçada nos próprios locais para melhor sinalização. Refere que os 20 mil euros dos sinais da sinalética vertical já foram esgotados há bastante tempo, mas está previsto a substituição. Sobre a taxa municipal turística já deu a referência sobre os 60% ser da hotelaria e 40% dos alojamentos locais. -----

Refere que sobre o passeio da N8 foi informado por um munícipe que há um

Câmara Municipal de Óbidos		429
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

desnível que se deveu à forte precipitação e o arrastar das águas que fez o desgaste de um pilar que estava a fazer de suporte. -----

Quanto aos lotes do Parque Tecnológico têm um prazo de execução de dois anos. Menciona que há um caso ou dois que já ultrapassaram esse prazo, mas estão a sensibilizá-los para que arranquem. Ressalva que face ao que tem sido a dimensão e a frequência das construções está a ser difícil para os empresários de criar as infraestruturas e arrancarem com os negócios. Diz que o preço médio por lote do Parque Tecnológico é de 3€/m². -----

Agradeceu pela informação dos dois alunos em provas Nacionais do Desporto Escolar, é um orgulho ter dois alunos das nossas escolas em destaque. -----

Menciona que sobre os lugares ocupados no Mapa de Pessoal da Câmara, tem transmitido alguma tranquilidade à recente Chefe de Divisão de Governança uma vez que a sua estrutura de recursos humanos é um pouco limitada. Reconhece que a dimensão do trabalho precisa de um reforço para poder resolver todas estas situações. -----

Sobre o facto de o som do Gaming estar muito alto refere que não faz ideia, não teve conhecimento. -----

Relativamente ao muro da igreja do Sr. Da Pedra é um assunto que quer regularizar, embora não seja sua atribuição, mas face a tantas dificuldades e necessidades que tem surgido é mais prioritário resolver a situação da passagem. Assim como a questão do abastecimento de água, que é altamente desconcertante, mas afirma que quer fazer esse melhoramento nesse lugar icónico do concelho. A contratação está a fazer procedimentos para que se consiga ter empreiteiros para resolver ou ajudar a resolver. -----

---**A VEREADORA ANA SOUSA** questiona, uma vez que não ficou esclarecida, em relação ao controle do espaço público, se já foi levantado algum auto de contraordenação. -----

---**O VEREADOR TELMO FÉLIX** menciona que em relação ao Regulamento foi decidido colocar o mesmo em prática uma vez que está em vigor desde 2018. Houve uma reunião com o conjunto dos representantes dos comerciantes e percebeu-se que o Regulamento está muito restritivo e que próprio expurgou certas questões e hábitos. Com base nisso foi pedido contributos aos comerciantes para a sua melhoria. Houve uma primeira abordagem pedagógica explicando às pessoas com casos práticos o que podiam e o que não. O Fiscal tem indicação que para quem continue a prevaricar ser notificado. Diz que a informação relativa ao auto está a ser feita. Refere que o regulamento tem de se ir adequando e alterando de acordo com as perceções e as sensibilidades. -----

---127 - **APROVAÇÃO DE ATAS**: Foi presente para aprovação a ata número 09/2025 da reunião ordinária de 2 de maio de 2025, desta Câmara Municipal, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.-----

---**Foi aprovada por unanimidade, com as alterações sugeridas pelos Senhores Vereadores Paulo Gonçalves, Ana Sousa e Vítor Rodrigues, a ata número 09/2025, referente à reunião de Câmara do dia 2 de maio de 2025.**----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

128 - **TOMADA DE CONHECIMENTO DA 12.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E PAM PARA 2025**: Foi presente a informação n.º 3049/2025,

Câmara Municipal de Óbidos		430
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

datada de 30 de abril de 2025, subscrita pela Chefe da Divisão Financeira, cujo teor se transcreve:-----

---"ASSUNTO: 12.ª alteração ao Orçamento da Despesa e PAM para 2025 -----

A presente alteração permutativa ao Orçamento da Despesa e PAM em vigor para 2025, foi elaborada de acordo com a NCP26 do DL 192/2015, de 11/09 (SNC-AP) e com o ponto 8.3.1 do DL 54-A/99, de 22/02 (POCAL) que se mantém em vigor. -----

O mapa resumo em anexo sintetiza as necessidades de reforço de dotações cujos cabimentos aguardam disponibilidade orçamental, bem como as previsões de pedidos de cabimento para despesa que se prevê realizar com brevidade, conforme informação que a DF dispõe à presente data. -----

Assim, em cumprimento da alínea d) do n.1 do artigo 33.º do Anexo 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 34.º do mesmo diploma e de acordo com a deliberação da Câmara Municipal de 22 de outubro de 2021 sobre delegação de competências, submete-se a 12.ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa e PAM para 2025 à aprovação do Senhor Presidente da Câmara." -----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, refere que há duas situações que se podem destacar relativamente aos montantes que tem que ver com a última linha, a atribuição dos subsídios, mas que todos entendem o porquê relativamente à questão dos 111 820 mil euros. Em relação ao evento Vila Gaming diz que se teve de colocar um reforço de 94 mil e 600 euros daquilo que estava previsto em orçamento. Dá ainda destaque iluminação pública e o problema que se tem vindo a constatar na praia Del Rei, onde existem várias cúpulas danificadas, e isso não dignifica o território. As luminárias são difíceis de encontrar e explica que tiveram várias reuniões com a EREDES para arranjar uma solução e optaram por colocar uma iluminação diferente da que lá está, uma vez que as que lá estão já se encontram descontinuadas. -----

Menciona que por questão de segurança das escolas do Alvito, Furadouro e os próprios edifícios públicos do município, há melhoramento da iluminação pública para tecnologia LED. -----

---**O VEREADOR PAULO GONÇALVES** menciona que o que o que lhe suscita dúvidas é o reforço sobre aquisição de serviços de coprodução para a iniciativa municipal Óbidos Vila Gaming. Questiona a quem vão adquirir os serviços. A questão que coloca é que podia ser apresentado um documento explicativo detalhado onde se conseguisse perceber que parceria é esta e qual o custo da iniciativa. Haver gestão transparente do dinheiro público e esclarecer que existem duas entidades em coprodução. A questão que coloca é qual é o documento que rege os deveres e autorizações das partes. Afirma que o que parece é que a Câmara paga e eles recebem. Parece que a Câmara gasta, reforça, contrata e depois cede o espaço. -----

Diz que pretendem a cópia do documento que estabelece os direitos e deveres das partes nesta coprodução que se chama o Óbidos Vila Gaming. -----

---**A VEREADORA ANA SOUSA**, dá ênfase que este evento não está no âmbito do contrato de programa, portanto esta coprodução exige naturalmente algo mais

Câmara Municipal de Óbidos		431
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

que o contrato de programa para conformar toda esta parceria e a legalidade das verbas. -----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, esclarece que esta edição de 2025 não estava prevista no plano de atividades municipal descritiva então seria a Câmara Municipal a executar. Este ano face àquilo que não foi possível aos recursos da Câmara Municipal produziram optaram por fazer a contratação *in house* com a Empresa Municipal. Refere que tinham previsto redução do valor em sede de concelho no ano anterior para 250 mil euros e o valor acabou por levar um incremento de 96 mil e 400 euros. Informa que não há qualquer falta de transparência e nem rigor em relação a esta matéria, o que existe é um adensar da dificuldade que os recursos humanos da Câmara têm tido pelo seu trabalho diário e optaram pela experiência da Empresa Municipal, e tiveram que reforçar a verba do evento face ao custo do aumento expectável da sua produção. Menciona que se está a fazer um bom caminho assim como o evento âncora do concelho como é o caso do Fólio, e a dimensão da questão que se quer alcançar para futuro leva a que o investimento vá ter efeitos a médio/longo prazo. -----

---**A Câmara tomou conhecimento da 12.ª Alteração ao Orçamento da Despesa e PAM para 2025.**-----

129 – APRECIACÃO E EVENTUAL RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DA ÓBIDOS CRIATIVA, E.M. - EVENTO – ÓBIDOS VILA GAMING – QUE DECORREU DE 07 A 11 DE MAIO DE 2025 -----

---Aquando da apreciação deste assunto não esteve presente o Senhor Presidente da Câmara, por se encontrar impedido, nos termos da alínea d) do artigo 69.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.-----

---A Vereadora Ana Margarida Reis também não participa na votação deste ponto por fazer parte dos Órgãos diretivos da Óbidos Criativa E.M. -----

---A reunião foi presidida neste período pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, José Pereira.-----

---Para ratificação, foi presente o despacho do Presidente da Câmara, proferido em 05 de maio de 2025, que, nos termos do previsto no n.º 3 do art.º 35.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, isentou a ÓBIDOS CRIATIVA, E.M. – para o Evento – Óbidos Vila Gaming – que decorreu de 07 a 11 de maio de 2025, exarado na informação n.º 3046/25, datada de 30 de abril de 2025, emitida pela Subdivisão de Gestão Organizacional e Património, cujo teor se transcreve:-----

---"ASSUNTO: ISENÇÃO DE TAXAS – ÓBIDOS CRIATIVA, E.M. -----

Evento – Óbidos Vila Gaming – a decorrer de 07 a 11 de maio de 2025 -----

A alínea c) art.º 12.º. do Regulamento n.º 374/2020, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º. 72, de 13 de abril de 2020, atualmente em vigor, estabelece que ficam isentos do pagamento das taxas municipais as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa, as pessoas coletivas de mera utilidade pública, as pessoas coletivas e as

Câmara Municipal de Óbidos		432
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

peças de direito privado com natureza ou participação municipal, que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos, culturais, religiosos, artísticos, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social, promoção da cidadania e defesa do património ou do ambiente, pelas atividades que se destinem, direta e imediatamente, à realização dos seus fins estatutários; -----

A Óbidos Criativa conforme certidão anexa tem a natureza jurídica EPMIR (empresa pública municipal, intermunicipal e regional). -----

Em face do exposto, verifica-se que o evento se enquadra no âmbito das actividades da entidade que solicita a isenção, pelo que se conclui que poderá ser isenta do pagamento de taxas. -----

Conforme previsto no art.º 16.º do Regulamento e nos termos em que é apresentado o processo, é devida a seguinte taxa (720 Euros): -----

n.º 1 al a) art.º 50.º Licença Especial Ruído - 220 € -----

n.º.5 art.º 48.º. Licença Instalação e Funcionamento para Recinto Improvisado 500€ -----

O pedido, conforme regulamento no art.º 16.º, carece de decisão do órgão executivo, no entanto atendendo a data da realização da próxima reunião da Câmara Municipal (02 de maio) a apresentação do pedido (30 de abril), e a data do evento (07 a 11 de maio), propõe-se, se assim for entendido, que a decisão seja tomada pelo Presidente da Câmara, ao abrigo do previsto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro, submetendo esse despacho a ratificação na reunião seguinte do Órgão Executivo, para o qual se remete para apreciação e eventual decisão.” -----

---**A VEREADORA ANA SOUSA**, intervém mencionando dois aspetos sobre o assunto em apreço. Refere que não há nenhuma justificação para o atraso dos pedidos das licenças, sendo que o evento já estava previsto ser executado. O evento não estava previsto nas atividades da Óbidos Criativa e depois veio a ser feito através desta parceria *in house*, o que não é inédito, já que é uma repetição. E havendo já esta intenção o que está subjacente ao atraso do pedido das licenças pela Óbidos Criativa que não está devidamente justificado. Quanto ao pedido de isenção em concreto refere que não entendeu, no espaço que é pedido à Câmara para deixar a Óbidos Criativa e não pagar taxas, gostava de perceber se o espaço que se está a ceder à Câmara é depois cedido a terceiros. Questiona se há alguma utilização por terceiros do espaço e se houve alguma contraprestação pela utilização. -----

---**O VEREADOR PAULO GONÇALVES** menciona que houve rendas de terrenos das pessoas que lá vendiam coisas. -----

---**O VEREADOR JOSÉ PEREIRA** esclarece que normalmente há atribuições dos espaços e há um regulamento que saiu na página do Óbidos Vila Gaming, para para atribuição dos espaços. -----

---**A VEREADORA ANA SOUSA**, menciona que se está a dizer à Óbidos Criativa (OC) que pode utilizar esses espaços e que depois pode ceder a terceiros com uma contraprestação, em que essa contraprestação gera dinheiro que depois é receita para a OC. Questiona se é isto que está a falar. -----

---**O VEREADOR JOSÉ PEREIRA** clarifica que tem os estatutos da OC e que na produção do seu objeto tem a questão da administração dos bens do domínio público e, no limite, até se podia fazer fiscalização e coisas do género. -----

Câmara Municipal de Óbidos		433
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

---**O VEREADOR PAULO GONÇALVES** intervém colocando também uma questão. Menciona que quando se fala em associações noutros sinais, o associativismo tem mais dificuldade em cumprir prazos. Estranha-se porque é que a Óbidos Criativa tem esta dificuldade em não conseguir fazer isto ao tempo e trazer a uma reunião de Câmara normal e tem que haver uma retificação. Uma vez que a iniciativa é municipal refere que como tinham recebido o processo não conheciam o contrato *in house* que o Sr. Presidente explicou. E a sua questão é porque é que num evento de iniciativa municipal estão a ceder espaço à Óbidos Criativa. Questiona qual é a legitimidade. E refere que no Vila Natal sabem que quem organiza é a Óbidos Criativa, é óbvio que depois precisam de espaço público e fazem a sua gestão e retiram rendimento. Questiona qual a necessidade de numa iniciativa municipal estar a dar espaço à Óbidos Criativa. O motivo pela qual não concorda com a ratificação é o prazo e menciona que no passado já votaram contra numa situação igual a esta, e a sua intenção será igual. -----

---**O VEREADOR JOSÉ PEREIRA** menciona que em relação à questão que a Vereadora e o Vereador colocaram, neste caso a Vereadora em relação à função do espaço, o licenciamento do recinto improvisado foca-se mais nos equipamentos como as tendas. Menciona que é fácil de perceber e está no plano de segurança da Proteção Civil, na página 55, onde consta a planta do evento e onde se pode verificar duas zonas marcadas como zonas alimentares. E estas são as zonas que, no mesmo princípio que outros eventos, foram utilizadas por entidades. Em relação ao licenciamento do recinto improvisado refere que se foca muito mais nas tendas, neste caso na tenda que tem os números 4,6, 9 e 10. Sobre a questão do timing do pedido do licenciamento esclarece que o pedido entrou no dia 30 e por conseguinte não teve tempo suficiente para vir a decisão do órgão. Compreende o que é colocado pelos Vereadores no sentido de ser uma empresa municipal e tendo um conselho de administração, um presidente executivo a tempo inteiro, porque é que as coisas não vieram atempadamente. Se for por esse princípio diz que o se está a tratar se tivesse ido a reunião de câmara para aprovação, teria sido aprovado no sentido de concordarem com o pedido de isenção, vindo para retificação o sentido é o mesmo. -----

---**O VEREADOR PAULO GONÇALVES** intervém explicando que a questão não é essa. Se tivesse entrado antes tinham tido a oportunidade de discutir o assunto e tinham ficado a perceber aquilo que hoje o Presidente trouxe. Todas as explicações e apresentações do modelo são dadas quando o evento já aconteceu e essa é que a questão. A decisão do Presidente foi tomada com base em informações que não dispõem e das quais discordam. Menciona que já não sabem se a origem do problema é o facto de ter dado entrada tardia ou se realmente essa foi a intenção de trazer a coisa tardia para que não haja possibilidade de discussão. Um assunto que que é deliciado, esta relação entre a Câmara e a Empresa Municipal, merecia uma atenção diferente da parte do Presidente. -----

Câmara Municipal de Óbidos		434
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

---A Câmara reprovou, com três votos contra, dos Vereadores Paulo Gonçalves, Ana Sousa e Vítor Rodrigues e dois votos a favor, dos Vereadores José Pereira e Telmo Félix a ratificação do despacho do Senhor Presidente da Câmara que isentou a Óbidos Criativa E.M., do pagamento das taxas municipais, emitidas para realização do evento “Óbidos Vila Gaming” que decorreu de 7 a 11 de maio de 2025. -----

130 –APRECIÇÃO E EVENTUAL RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DA ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE A-DOS-NEGROS - EVENTO: MERCADO PRIMAVERA, REALIZADO NO DIA 11 DE MAIO DE 2025:

Foi presente a informação n.º 3068/25, datada de 02 de maio de 2025, emitida pela Subdivisão de Gestão Organizacional e Património, cujo teor se transcreve:-----

---”ASSUNTO: Isenção taxas – Associação Desenvolvimento Social de A-dos-Negros -----

Evento: Mercado Primavera, a realizar no dia 11 de maio de 2025. -----

A alínea a) art.º 12.º do Regulamento n.º 374/2020, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 72, de 13 de abril de 2020, atualmente em vigor, estabelece que ficam isentos do pagamento das taxas municipais as instituições de solidariedade social, que se destinem direta e imediatamente à realização dos seus fins estatutários; -----

Conforme cartão de identificação a Associação de Desenvolvimento Social da Freguesia de A-dos-Negros, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. -----

Consta do art.º 3.º n.º 1, alínea a) e b) dos Estatutos, em anexo, prestar apoio social, designadamente à terceira idade e infância. -----

Em face do exposto, verifica-se que o evento se enquadra no âmbito das actividades da entidade que solicita a isenção, pelo que se conclui que poderá ser isenta do pagamento de taxas. -----

Conforme previsto no art.º 16.º do Regulamento e nos termos em que é apresentado o processo, são devidas taxas no valor de 44 euros: -----

n.º 1 al a) art.º.50.º Licença Especial Ruído – 44€ -----

O pedido, conforme regulamento no art.º 16.º carece de decisão do órgão executivo, para o qual se remete para apreciação e eventual decisão. -----

O pedido, conforme regulamento no art.º 16.º carece de decisão do órgão executivo, no entanto atendendo a data da realização da próxima reunião da Câmara Municipal (16 de maio) a apresentação do pedido (02 de maio), e a data do evento (11 de maio), propõe-se, se assim for entendido, que a decisão seja tomada pelo Presidente da Câmara, ao abrigo do previsto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro, submetendo esse despacho a ratificação na reunião seguinte do Órgão Executivo, para o qual se remete para apreciação e eventual decisão.” -----

---A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar do despacho do Senhor Presidente da Câmara que isentou a Associação Desenvolvimento Social de A-dos-Negros, do pagamento das taxas municipais, emitidas para realização do evento “Mercado Primavera” que decorreu a 11 de maio de 2025. -----

131 –APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DA FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SANTA MARIA MADALENA DE A-DOS-NEGROS - FESTA DE

Câmara Municipal de Óbidos		435
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

DJ'S, SUNSET A REALIZAR NOS DIAS 24 A 25 DE MAIO DE 2025: Foi presente a informação n.º 3314/25, datada de 13 de maio de 2025, emitida pela Subdivisão de Gestão Organizacional e Património, cujo teor se transcreve:-----

---"ASSUNTO: REQUER ISENÇÃO DE TAXAS – FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SANTA MARIA MADALENA DE A-DOS-NEGROS -----

Evento: Festa de Dj's, Sunset a realizar nos dias 24 a 25 de maio de 2025. -----

A alínea a) art.º 12.º do Regulamento n.º 374/2020, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 72, de 13 de abril de 2020, atualmente em vigor, estabelece que ficam isentos do pagamento das taxas municipais as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa, as pessoas coletivas de mera utilidade pública, as pessoas coletivas e as pessoas de direito privado com natureza ou participação municipal, que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos, culturais, religiosos, artísticos, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social, promoção da cidadania e defesa do património ou do ambiente, pelas atividades que se destinem direta e imediatamente à realização dos seus fins estatutários; -----

Conforme cartão de identificação a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria Madalena de A-dos-Negros é uma pessoa coletiva religiosa. -----

Em face do exposto, verifica-se que o evento se enquadra no âmbito das actividades da entidade que solicita a isenção, pelo que se conclui que poderá ser isenta do pagamento de taxas. -----

Conforme previsto no art.º 16.º do Regulamento e nos termos em que é apresentado o processo, são devidas taxas no valor de 240.00 euros: -----

n.º 1 al a) art.º.50.º Licença Especial Ruído – 40€ -----

n.º.5 art.º. 48.º. Licença Instalação e Funcionamento para Recinto Improvisado – 200 € -----

O pedido, conforme regulamento no art.º. 16.º. carece de decisão do órgão executivo, para o qual se remete para apreciação e eventual decisão." -----

---A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria Madalena de A-dos-Negros, do pagamento das taxas municipais, que venham a ser emitidas, para realização do evento Festa de Dj's Sunset", a ter lugar nos próximos dias 24 a 25 de maio de 2025. -----

132 – **APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO COMPARTICIPAÇÃO DE MEDICAMENTOS- PF 285:**

Foi presente a informação n.º 2952/25, datada de 28 de abril de 2025, emitida pela Subdivisão de Coesão Social, cujo teor se transcreve:-----

---"ASSUNTO: Atribuição Comparticipação de Medicamentos- PF 285 Carla Santos -----

Considerando que a competência para a atribuição do apoio da comparticipação de medicamentos é do executivo, de acordo com o artigo 7.º- alínea 1 do Regulamento n.º 721/2015- Atribuição de Comparticipação de Medicamentos, publicado em DR, 2ª série- n.º 204 de 19 de outubro de 2015. -----

Tendo o Serviço de Coesão Social, reunido e elaborado o seu parecer técnico, remete-se o pedido de apoio para eventual aprovação. -----

Relatório Final e Proposta de Apoio -----

Câmara Municipal de Óbidos		436
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

1. O requerente Carla Luisa Gustavo santos (processo familiar nº 285 | NIPG 5412/25) apresentou, em 24/03/2025, perante o Serviço Coesão Social um requerimento para concessão de apoio de comparticipação na aquisição de medicamentos, ao abrigo do artigo 4º do Regulamento nº 721/2015, publicado em DR, 2ª Série – nº 204, de 19 de outubro (Regulamento para atribuição de comparticipação de medicamentos - doravante designado como «RACM»); -----

2. A requerente apresentou o rol de documentos obrigatórios indicados no artigo 5º do RACM; -----

3. A requerente preenche todos os requisitos de atribuição previstos, dado que é (i) pessoa em comprovada situação de carência económica, (ii) tem 51 anos de idade, (iii) padece de doença crónica (iv) é residente e recenseada/o há mais de dois anos no concelho de Óbidos, e (v) não beneficia de apoio para o mesmo fim concedido por outra entidade (artigo 3º do RACM); -----

4. Foi efetuado o cálculo do rendimento mensal disponível nos termos do artigo 3º-A do RACM, tendo-se considerado as despesas fixas mensais com renda de casa (comprovativo anexo ao processo)os consumos efectuados na compra de medicação no último ano no valor de € 202,97 (informação da Farmácia Oliveira, documento anexo ao processo); -----

5. Foi apurado um rendimento mensal disponível no valor total de € 83,69. -----

6. O referido cálculo decompõe-se da seguinte forma: -----

RPC – CARLA LUISA GUSTAVO SANTOS (PF 285) -----

Total de Rendimentos AF € 900,6 -----

Total de despesas contabilizáveis € 816,91 -----

Nº Elementos AF 1 -----

Total final de Rendimentos AF mensal € 83,69 -----

Total RPC € 83,69 -----

7. O Serviço de Coesão Social procedeu à análise dos referidos elementos, tendo procedido à orçamentação da necessidade proposta. -----

8. Elaborou o relatório da situação sócio-económica do requerente (artigo 6º do RACM); -

9. Elaborou, ainda, o relatório final nos termos do artigo 7º do RACM, com parecer favorável à atribuição do referido apoio. -----

Face ao exposto, conclui-se pela elegibilidade da requerente para beneficiar do apoio previsto neste regulamento, propondo-se um apoio total no montante de € 250€ anual (duzentos e cinquenta euros), repartido em dois vales, o primeiro de € 150 (cento e cinquenta euros) e o segundo a ser emitido após esgotar o valor do primeiro através de solicitação do mesmo por parte da requerente junto dos serviços, no valor de € 100 (cem euros). -----

O referido apoio deverá ser concedido através de um VALE (no qual deverá constar, nomeadamente, o nº da respetiva candidatura). -----

À consideração superior.” -----

--A Câmara deliberou, por unanimidade, a comparticipação de medicamentos do Processo Familiar 285. -----

133 – APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS-----

Câmara Municipal de Óbidos		437
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

---Relativamente ao assunto supra identificado, foi presente a informação n.º 2985/25, datada de 29 de abril de 2025, emitida pela Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, cujo teor se transcreve:-----

---"ASSUNTO: Proposta de Alteração ao Regulamento de Publicidade e Ocupação dos Espaços Públicos e dos horários de funcionamento dos estabelecimentos do Município de Óbidos -----

O regulamento de Publicidade e Ocupação dos Espaços Públicos e dos horários de funcionamento dos estabelecimentos do Município de Óbidos foi aprovado pela Câmara Municipal em 24 de agosto de 2018 e pela Assembleia Municipal em 328 de setembro de 2018, publicado em Diário da República, 2ª Série – n.º 204, de 23 de outubro de 2018. ---- Por força, das atualizações do Decreto -Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, dadas pelo Decreto -Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro, e Decreto-Lei n.º 21/2023, de 24 de março, que introduz alterações ao Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, que aprovou o regime do «Licenciamento Zero», impõe-se diligenciar no sentido de conformar o presente regulamento ao consagrado naquele diploma legal. -----

Aproveita-se ainda esta oportunidade para introduzir melhorias no corpo do regulamento, com o objetivo de otimizar e clarificar a sua aplicabilidade prática, estabelecendo condições e regras de ordem estética, de segurança, de enquadramento urbano e ambiental, entre outras, conducentes ao necessário equilíbrio entre as necessidades sociais, as atividades económicas e o ambiente, isto é, harmonizando o exercício simplificado de tais atividades e o interesse público. -----

A alteração deste regulamento de Publicidade e Ocupação dos Espaços Públicos e dos horários de funcionamento dos estabelecimentos visa atualizar, adequar e aperfeiçoar as normas e procedimentos naqueles domínios à luz da experiência entretanto colhida, da nova dinâmica empresarial e comercial do Município, por forma a garantir a contínua melhoria e qualificação paisagística e ambiental do espaço público. -----

Assim, nos termos da alínea k) do n.º 1 do art. 33.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é competência da Câmara Municipal “elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal os projetos de regulamentos externos do município, bem como aprovar os regulamentos internos.” -----

Pelo que se propõe à Câmara Municipal de Óbidos, iniciar o procedimento para análise, que deverá ser nas seguintes condições: -----

- Efetuar consulta pública de interessados para apresentação de propostas no prazo de 15 dias a contar da publicitação de edital para o efeito; -----

- Constituição de equipa técnica de trabalho para elaboração e apresentação de Proposta de Alteração ao Regulamento de Publicidade e Ocupação dos Espaços Públicos e dos horários de funcionamento dos estabelecimentos: -----

Alexandra Salreta - Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística; -----

Luís Higinio – Arquitecto do município de Óbidos -----

João Frade - Jurista do município de Óbidos -----

Anabela Baptista - Consultora Jurídica -----

Câmara Municipal de Óbidos		438
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

O grupo de trabalho apresentará proposta, no prazo de 90 dias após o termo do prazo de receção de contributos, da proposta do Regulamento para ser submetido a análise e deliberação da Câmara Municipal, seguindo-se a consequente tramitação legal. -----

Mais deverá ser informado nos termos da Lei em edital que inicia o procedimento para apresentação de propostas para alteração ao regulamento, que: -----

1. Que o início do procedimento foi decidido desencadear pela Câmara Municipal, a data em que se iniciou o procedimento, o seu objeto e a forma como se processa a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do citado Regulamento de Publicidade e Ocupação dos Espaços Públicos e dos horários de funcionamento dos estabelecimentos; -----

2. Podem constituir-se como interessados no presente procedimento, todos aqueles que, nos termos do n.º 1 do art. 68.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegido, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões eu nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins; -----

3. Os interessados podem constituir-se como tal e apresentarem os seus contributos para elaboração do projeto do **Regulamento de Publicidade e Ocupação dos Espaços Públicos e dos horários de funcionamento dos estabelecimentos**, através de comunicação escrita que contenha nome completo, morada ou sede, profissão ou atividade profissional, número de identificação fiscal e o respetivo endereço de correio eletrónico e dando consentimento para que este seja utilizado para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do art. 112.º do CPA.; -----

4. A constituição de interessado e os contributos devem ser dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal, endereçados ou entregues pessoalmente no Edifício sede do Município de Óbidos, Largo de São Pedro, Edifício Paços do Concelho, 2510-086 Óbidos, ou onde se efetue atendimento ao público, enviados através de correio eletrónico para o endereço geral@cm-obidos.pt” -----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA** esclarece que tem sido um sentimento de abuso na ocupação do espaço público e querem um Regulamento melhor. O que pretendem é criar um equilíbrio entre as regras de vida em comunidade e as necessidades comerciais e do que, do ponto de vista patrimonial, respeita o concelho. -----

Deste modo não querem permitir que haja uma descaracterização daquilo que é o território havendo lugar a regras com base nos *inputs* de todos. -----

---**O VEREADOR PAULO GONÇALVES**, intervém dizendo que tem uma dúvida no segundo parágrafo, faz referência que por força do licenciamento zero que haveria a necessidade de conformar o Regulamento ao disposto nesse ponto do licenciamento zero. Questiona quais são as discrepâncias que o Regulamento tem face a esta disposição em concreto, que discrepâncias ou situações por força do regime. -----

Câmara Municipal de Óbidos		439
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA** informa que o que pode estar mais discrepante são as fachadas das casas, e isso pode estar mais desajustado face ao Regulamento atual. Outra questão são as estruturas dispositivas que possam ter uma dimensão superior que tapem as fachadas das várias cores dos próprios prédios.-----

---**O VEREADOR JOSÉ PEREIRA** intervém e explica que a questão do licenciamento zero, quando este Regulamento entrou em vigor já existia. Entretanto houve duas atualizações à lei, o decreto de lei 9-/21 e o 21/23. Questionou à arquiteta que justificasse essas alterações. Deixa a nota que a informação fala que depois de se efetuar a consulta pública dos interessados para apresentação de propostas no prazo de quinze dias, a contar da publicação do edital para o efeito, mas há intenção de fazer chegar aos líderes das bancadas da Assembleia Municipal para que possam ter conhecimento. Refere que há questões que tem que ser melhoradas, conforme o Presidente já mencionou. Remata dizendo que querem trabalhar o Regulamento sabendo que nunca vai ser unânime, mas que seja o mais consensual possível na aceitação das pessoas e dos comerciantes.-----

---**A Câmara deliberou, por unanimidade, a Proposta de alteração ao Regulamento de Publicidade e Ocupação dos Espaços Públicos e dos horários de funcionamento dos estabelecimentos do Município de Óbidos.**---

134 - **APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PROCEDIMENTO REGULAMENTAR PARA A ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE GESTÃO DO ARVOREDO EM MEIO URBANO – INÍCIO DE PROCEDIMENTO** -----

Foi presente a informação n.º 3522/25, datada de 13 de maio de 2025, emitida pelo Serviço de Gestão Florestal: -----

“Assunto: **Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano de Óbidos** --

Para efeito do previsto no artigo 98.º do Código de Procedimento Administrativo, anexa-se a Proposta subscrita pelo Vereador com o Pelouro dos “Espaços Verdes” (Gestão e Manutenção de Áreas Verdes e Jardins), relativa ao **Projeto de Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano do Município de Óbidos**, para decisão de início do procedimento, objecto e forma de constituição como interessados e apresentação de contributos nos termos do citado artigo 98.º. -----

Após este período, a equipa técnica designada apresentará proposta de Regulamento, para efeitos do previsto no artigo 99.º do CPA da Câmara Municipal, que incluirá apreciação dos contributos recebidos, caso existam. -----

Com a entrada em vigor da Lei n.º 59/2021, de 18 de Agosto passou a ser competência dos Municípios elaborar e aprovar um Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Regime Jurídico de Gestão do Arvoredo Urbano. -----

No Município de Óbidos não existe uma base de dados sistematizada do inventário arbóreo, nem normas generalistas e específicas para as intervenções no espaço municipal. Alguma informação existente, sobretudo do centro histórico da Vila de Óbidos, terá de ser formatada e compilada à luz de um novo regulamento. -----

A existência deste regulamento enquanto ferramenta de gestão e planeamento define a estratégia municipal para o arvoredo urbano e contempla as diretrizes e conjunto de

Câmara Municipal de Óbidos		440
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

normas e regras a adotar quanto à preservação, conservação e fomento de arvoredo urbano e deverá conter, nos termos da referida legislação, inventário municipal, com listagem e planta de localização das árvores classificadas de interesse público e de interesse municipal existentes no território; -----

O regulamento tem como objetivo criar um quadro de estratégia e de atuação que promova e sistematize as intervenções da autarquia no planeamento, implantação, gestão e manutenção do arvoredo, tipificar infrações mais frequentes a que o arvoredo e os espaços verdes estão sujeitos, regular contraordenações e fixar as respetivas coimas. -- Pretende-se ainda organizar não só as regras de gestão do arvoredo urbano, como também a utilização de espaços verdes públicos, passando a dar o devido destaque à gestão do arvoredo urbano, tão importante ao nível da melhoria da qualidade do ar, redução da temperatura, aumento da humidade, promoção da biodiversidade e valorização patrimonial e paisagística, entre outros. -----

Propõe-se que se dê início ao processo com vista à criação e implementação do Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano de Óbidos. -----

À consideração e decisão superior -----

Proposta -----

= INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE REGULAMENTOS ADMINISTRATIVOS = -----

Proposta de Procedimento Regulamentar para a Elaboração e Aprovação do Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano – Início de Procedimento (Artigo 98.o do Código do Procedimento Administrativo) -----

Considerando: -----

A) Que a Lei n.o 59/2021, de 18 de agosto (que estabeleceu o Regime Jurídico da Gestão do Arvoredo Urbano), na sua atual redação, e aplicável ao arvoredo urbano integrante do domínio publico municipal, do domínio privado do Município e ao património arbóreo pertencente ao Estado; -----

B) Que a gestão do arvoredo urbano e essencial para a promoção da qualidade ambiental, da segurança e bem-estar da população, devendo atender-se, nesta sede, aos princípios gerais previstos no artigo 5.o do Regime Jurídico da Gestão do Arvoredo Urbano; -----

C) Que a antedita lei vem caracterizar e regular as operações de poda, os transplantes e os critérios aplicáveis ao abate e a seleção de espécies a plantar, estabelecendo a sua hierarquização; -----

D) Que compete aos Municípios elaborar e aprovar um Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano, em cumprimento do disposto no n.o 1 do artigo 8.o do Regime Jurídico de Gestão do Arvoredo Urbano, aprovado pela Lei n.o 59/2021, de 18 de agosto; -----

E) O Guia de Boas Praticas para a Gestão do Arvoredo Urbano (2024), emitido pelo Instituto de Conservação da Natureza e da Floresta (ICNF) o qual vem fornecer diretrizes essenciais aos responsáveis pela gestão do arvoredo urbano, bem como a todos os intervenientes cujas ações possam impactar o mesmo. Este guia será também uma referencia importante para a elaboração dos regulamentos de gestão e dos inventários municipais do arvoredo, permitindo adaptações as especificidades locais; -----

F) A informação exarada pelo Eng. Nuno Machado, a exercer funções no Serviço de Gestão Florestal, datada de 27 de fevereiro de 2025; -----

G) Na sequencia do que antecede, devera dar-se inicio ao procedimento de elaboração do **“Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano do Município de**

Câmara Municipal de Óbidos		441
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

Óbidos”, enquanto instrumento de gestão, o qual se constitui um regulamento de execução da citada Lei, no uso do poder regulamentar das autarquias locais; -----

H) Que a competência cometida aos Municípios em matéria regulamentar decorre da Constituição (artigo 241.o), bem como do Anexo I a Lei n.o 75/2013, de 12 de setembro (que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais), e que os procedimentos a observar na elaboração dos regulamentos encontram-se previstos no Decreto-Lei n.o 4/2015, de 7 de janeiro, diploma que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo (regime aplicável a elaboração, bem como a revisão e alteração de diplomas regulamentares). -----

I) Que compete a Câmara Municipal (para a prossecução das atribuições do Município) *“elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal, os projetos de regulamentos externos do município (...)”* de acordo com a alínea k) do n.o 1 do artigo 33.o e alínea g) do n.o 1 do artigo 25.o do Anexo I a Lei n.o 75/2013, de 12 de setembro (que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais); -----

E, considerando, ainda que: -----

J) Nos termos do artigo 10.o do Regime Jurídico da Gestão do Arvoredo Urbano, o regulamento municipal de gestão do arvoredo e registado junto da área metropolitana ou da comunidade intermunicipal respetiva, para que, estas entidades, no prazo de 30 dias se pronunciem sobre a sua conformidade com aquele Regime Jurídico ou eventuais imprecisões do regulamento, considerando-se o mesmo tacitamente aprovado se, findo aquele prazo, não tiver havido pronuncia; o Município, no caso de ser notificado na sequencia da pronuncia prevista no numero anterior, dispõe de 60 dias para agir em conformidade e alterar o regulamento, devendo devolver o mesmo a área metropolitana ou a comunidade intermunicipal para que esta o reaprecie e se pronuncie no prazo de 15 dias; -----

K) Nos termos do artigo 13.o do Regime Jurídico da Gestão do Arvoredo Urbano, o projeto de Regulamento devera ser, obrigatoriamente, sujeito a consulta publica, por um período mínimo de 30 dias, com ampla divulgação, nomeadamente na sede desta Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e via eletrónica, devendo o Município criar mecanismos de participação ativa dos cidadãos no processo de elaboração deste instrumento de gestão;

L) Face ao exposto, devera ser promovida uma participação abrangente dos cidadãos, serviços municipais e entidades relevantes, de modo a garantir uma participação efetiva no processo de regulamentação; -----

M) O Signatário da presente proposta tem o Pelouro dos “Espaços Verdes” (Gestão e Manutenção de Áreas Verdes e Jardins). -----

Assim, propõe-se a Câmara Municipal que, nos termos do disposto no artigo 241.o da Constituição da Republica Portuguesa e no artigo 33.o, n.o 1, alínea k) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo a Lei n.o 75/2013, de 12 de setembro, e para os efeitos do que dispõe o artigo 98.o do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.o 4/2015, de 7 de janeiro, delibere o seguinte: -----

1. **APROVAR** o inicio do procedimento conducente a elaboração e aprovação de um **Projeto de Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano do Município de Óbidos**; -----

2. **DETERMINAR** que o conteúdo do Regulamento inclua as regras técnicas e operacionais específicas para a preservação, conservação e fomento do arvoredo urbano, e em

Câmara Municipal de Óbidos		442
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

especial, os seguintes elementos (Cfr. artigo 9.º do Regime Jurídico da Gestão do Arvoredo Urbano): -----

a) Lista e planta de localização das árvores classificadas de interesse público e de interesse municipal existentes no Município de Óbidos; -----

b) Definição da estratégia municipal para o arvoredo urbano; -----

c) Identificação dos ciclos de manutenção; -----

d) Normas técnicas para a implantação e manutenção de arvoredo. -----

3. **DESIGNAR** a equipa técnica redatora do Projeto do Regulamento, a qual deverá ser constituída pelos seguintes elementos (direção do procedimento): -----

– Eng.º Nuno Machado (Técnico Superior afeto ao Serviço de Gestão Florestal); -----

– Dr.º Bruno Duarte (Coordenador Municipal de Proteção Civil) -----

– Dr.º Vitor Ferreira (Técnico Superior afeto ao Serviço Municipal de Proteção Civil) -----

2.1 **FIXAR** em **90** (noventa) dias o prazo máximo para a conclusão do procedimento de elaboração do projeto de regulamento, a contar da data de publicitação do início do procedimento. -----

4. **DETERMINAR** que: -----

– Podem constituir-se como interessados no presente procedimento, todos aqueles que, nos termos do n.º 1 do art. 68.º do Código do Procedimento Administrativo, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegido, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões ou nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder a defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins; -----

– Os interessados podem constituir-se, como tal, e apresentarem os seus contributos para elaboração do projeto do Regulamento através de comunicação escrita que identifique devidamente o requerente e o procedimento; -----

– A constituição de interessado e os contributos para o Regulamento devem ser dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal, endereçados ou entregues pessoalmente no Edifício dos Pacos do Concelho, Largo de São Pedro, 2510-086, Óbidos, por via postal (registada) ou através de correio eletrónico para o endereço geral@cm-obidos.pt, devendo os interessados identificar, neste caso, no campo “Assunto”: “Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano do Município de Óbidos.”; -----

5. **DAR** cumprimento as demais formalidades previstas no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, nomeadamente, publicitando a sua deliberação não só no sítio institucional do Município de Óbidos, em <https://www.cm-obidos.pt/>, mas igualmente por edital, bem assim, **ESTABELECENDO** um prazo de **30 (trinta) dias úteis** para a constituição dos interessados e apresentação dos contributos, a contar da publicitação de edital para o efeito. -----

José Joaquim Simões Pereira -----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA** menciona que é a primeira vez que se vai fazer este trabalho. Dá nota que comentou com o Vereador José Pereira que existe um trabalho no âmbito das alterações climáticas, que embora não seja a mesma coisa, já está trabalhada esta parte do arvoredo que querem reforçar. -----

---**A VEREADORA ANA SOUSA**, questiona o que é a oportunidade da situação porque enquadramento vem de um decreto de lei que é de 2021 e estamos em 2025. Questiona porque é que é neste momento que se vai proceder à

Câmara Municipal de Óbidos		443
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

concretização do que está previsto neste decreto de lei, o que é que atrasou o processo. -----

---**O VEREADOR JOSÉ PEREIRA** intervém dizendo que o decreto de lei já tem alguns anos e o porquê de ser agora é porque tem vindo a sentir a necessidade. Têm vindo a identificar, através da plataforma, a georreferenciar as intervenções e a localização deste arvoredo municipal. Uma vez que alguma parte deste trabalho já está identificado e, baseado no decreto de lei, havia necessidade do próprio ICNF se definir. Com a criação do guia prático do ICNF ficamos mais confortáveis e era uma obrigação, perante o decreto-lei, haver o guia prático. -----

---**A Câmara deliberou, por unanimidade, a Proposta de Procedimento Regulamentar para a Elaboração e Aprovação do Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano – Início de Procedimento.** -----

135 **-APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA CANDIDATURA DA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS DA ENTIDADE NASCENTE – GRUPO DE MÚSICA POPULAR, ÓBIDOS – APOIO FINANCEIRO PARA DESPESAS DE DESLOCAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO ENCONTRO DE COROS EM LAGOS A REALIZAR EM 24/05/2025 E APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA DE CONTRATO DE PATROCÍNIO** : Foi presente a informação cujo teor se transcreve:-----

---"ASSUNTO: **ATRIBUIÇÃO DE APOIOS MUNICIPAIS NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO CULTURAL** -----

Participação em Festivais, Concursos e Competições -----

[artigos 20.º do Regulamento de Atribuição de Apoios, no Âmbito da Promoção Cultural]
Considerando que: -----

(1) O associativismo cultural é a expressão do dinamismo das comunidades e reflete os seus interesses e vocações, colaborando ativamente no desenvolvimento comunitário; ---

(2) A estratégia de política cultural do Município de Óbidos visa a promoção e valorização da cultura local, destacando a importância da identidade cultural e da participação ativa dos cidadãos na vida cultural da comunidade. Esta estratégia contempla a dinamização de atividades culturais diversificadas, o apoio a iniciativas locais e a criação de infraestruturas adequadas que incentivem a produção e fruição cultural. Neste contexto, o Município de Óbidos reconhece a relevância do associativismo cultural e recreativo como motor de desenvolvimento social e cultural; -----

(3) Os municípios dispõem de atribuições, no domínio do património, *cultura* e ciência, conforme refere a alínea e) do n.º 2, artigo 23º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais; -----

(4) Os artigos 73.º e 78.º da Constituição da República Portuguesa consagram o direito de todos à educação e à cultura, bem como a obrigação do Estado de promover a democratização da educação e a criação de condições para a fruição plena do direito à cultura, incentivando a criação cultural em todas as suas formas. Adicionalmente, o artigo 235.º define as autarquias locais como entidades dotadas de órgãos representativos, cujo objetivo é prosseguir os interesses próprios das respetivas

Câmara Municipal de Óbidos		444
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

populações, e o artigo 241.º confere-lhes o poder regulamentar em matérias de interesse local; -----

(5) O Município de Óbidos dispõe de um Regulamento de Atribuição de Apoios no Âmbito da Promoção Cultural (Regulamento n.º 247/2025), aprovado na sessão ordinária da Assembleia Municipal, em 9 de dezembro de 2024, sob proposta aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de 29 de novembro de 2024 e publicado no jornal oficial, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 34, de 18 de fevereiro de 2025. -----

(6) O antedito regulamento Municipal define os procedimentos e critérios de atribuição de apoios municipais para promoção cultural, atividade cultural regular; atividades e/ou eventos pontuais; mérito cultural; utilização de espaços culturais municipais, aquisição de equipamentos, viaturas, construção e/ou reabilitação de instalações; participação em festivais, concursos e competições; -----

(7) O artigo 20.º do Regulamento de Atribuição de Apoios no Âmbito da Promoção Cultural do Município de Óbidos prevê como formas de apoio – Participação em Festivais, Concursos e Competições; -----

(8) É da competência da Câmara Municipal de Óbidos apoiar ou participar, pelos meios adequados, entidades que, estando legalmente constituídas, contribuam de forma significativa para a dinamização cultural do concelho de Óbidos e, ainda, promover e apoiar atividades de natureza cultural; -----

(9) O procedimento de análise e avaliação dos pedidos de apoio obedeceu ao estabelecido no Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios, no Âmbito da Promoção Cultural do Município de Óbidos; -----

(10) A Comissão de Análise e Avaliação das Candidaturas, designada para o efeito pela Câmara Municipal, procedeu à análise e avaliação da candidatura para Apoio monetário para despesas de deslocação; submetida pela entidade **Nascente – Grupo de Música Popular**, Óbidos, com base na aplicação dos critérios regulamentares, sendo que, os fundamentos que subjazem à presente proposta, encontram-se vertidos no Relatório da Comissão de Análise e Avaliação (cfr. relatório que se junta e se dá por integralmente reproduzido); -----

(11) O artigo 3.º do Regulamento de Atribuição de Apoios no Âmbito da Promoção Cultural do Município de Óbidos prevê que a iniciativa considera a promoção e o incentivo à prática cultural. -----

FACE AO EXPOSTO, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º e nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como no n.º 3 do artigo 7.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios, no Âmbito da Promoção Cultural do Município de Óbidos, remete-se, para deliberação da Câmara Municipal de Óbidos, a ATRIBUIÇÃO – à entidade **Nascente – Grupo de Música Popular**, Óbidos do seguinte APOIO: -----

1. A requerente apresentou, tempestivamente, no dia 30.04.2025, uma candidatura para apoio monetário para despesa de deslocação – “No próximo dia 24 de maio, o grupo coral nascente participará num encontro de coros em Lagos, com a presença do grupo infantil. Não havendo disponibilidade de transportes da câmara, enviamos o presente documento a solicitar apoio monetário para as despesas de deslocação. A acrescer à despesa da rodoviária, acresce ainda despesas com pianista. Se possível, gostaríamos de entregar ao coro anfitrião uma lembrança do Município, caso haja disponibilidade por parte da câmara” -----

Câmara Municipal de Óbidos		445
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

2. A candidatura encontra-se devidamente instruída (Cfr. formulário de candidatura e documentos instrutórios que se anexam). -----

3. Para levar a cabo a organização deste evento, a coletividade solicitou ao Município um **apoio de natureza financeira** no valor de **€1.800,00** (mil e oitocentos euros) para fazer face ao custo com a organização deste evento. -----

4. No âmbito da análise desta candidatura pela comissão técnica, e com base na caracterização apresentada e nos critérios regulamentares estabelecidos, concluiu-se que: -----

Propõe-se a comparticipação de 50% das despesas de acordo com a classificação de MÉDIO, considerando a classificação geral Médio, com avaliação de nível Médio (todos os parâmetros com classificação de Médio). Por esse motivo, 50% da comparticipação das despesas considera-se adequado. -----

c) A comissão de avaliação considera a candidatura elegível para a comparticipação total de **50% do valor orçamentado** e apresenta os seguintes cálculos: -----

5. Na sequência do que antecede, foram efetuados os seguintes cálculos: -----

Valor total orçamentado: **€ 1.800,00** -----

Comparticipação de 50% do valor total orçamentado **(50/100) x 1.800,00 = €900,00** -----

Valor proposto de comparticipação pelo Município **€900,00** -----

6. Após a realização do evento, deverá ser apresentado o relatório com a explicitação dos resultados alcançados e os documentos comprovativos da despesa. -----

A formalização da respetiva atribuição deverá ser efetuada através da outorga, entre as Partes, da minuta de contrato-programa constante do Anexo VI ao Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios, no Âmbito da Promoção Cultural do Município de Óbidos. -----

Previamente à tomada de decisão pelo órgão executivo, deverá ser cabimentado o montante da comparticipação financeira acima identificada. -----

ANEXOS: -----

- Elementos integrantes do correspondente processo de candidatura; -----

- Relatório da Comissão de Análise e Avaliação; -----

- Minuta de contrato-programa de atribuição de apoio financeiro no âmbito de contrato de promoção cultural – Anexo VI ao Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios no Âmbito da Promoção Cultural do Município de Óbidos. -----

O Chefe da Subdivisão de Cultura -----

Carlos José Dias Coutinho -----

Minuta de Atribuição de apoio financeiro, material e/ou logístico, no âmbito de Contrato-Programa / Protocolo de Promoção Cultural Contrato de Apoio Cultural -----

Entre -----

Município de Óbidos, pessoa coletiva n.º 506 802 698, com sede no Largo de São Pedro, 2510-086, Óbidos, representada por FILIPE MIGUEL ALVES CORREIA DANIEL, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Óbidos, doravante designado por Primeiro Outorgante: -----

e -----

Nascente – Grupo de Música Popular, associação sem fins lucrativos, pessoa coletiva com o n.º de identificação fiscal 503723380, com sede na Rua Professor Roque Duarte, nº. 9, 2510-554, Óbidos, neste ato representada por CARMÉN LÚCIA DUARTE BRÁS TOMÉ MARQUES, titular do cartão de cidadão n.º 11943911, válido até 18/02/2029, com

Câmara Municipal de Óbidos		446
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

domicílio profissional na sede da sua representada, na qualidade de Presidente da Direção e DAVID JOSÉ TOMÉ MARQUES, titular do cartão de cidadão n.º 15340986, válido até 03/08/2031, com domicílio profissional na sede da sua representante, na qualidade de Tesoureiro, ambos com poderes para outorgar o presente contrato, conforme ata da Assembleia Geral, datada de 08 de setembro 2024, doravante designada como Segundo Outorgante; -----

É celebrado o presente Contrato-Programa / Protocolo de Promoção Cultural – Contrato de Apoio Cultural, ao abrigo do previsto no “Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios, e no âmbito entre outras da competência da Câmara Municipal prevista nas alíneas k), o) e u) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o qual se rege pelas cláusulas seguintes: -----

Cláusula 1.ª -----

Objeto do Contrato Programa / Protocolo -----

Constitui objeto do presente contrato-programa / protocolo a atribuição de apoio financeiro, material e/ou logístico pelo Município de Óbidos, nos termos da candidatura apresentada pelo Segundo Outorgante no âmbito do “Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios, no Âmbito da Promoção Cultural”, relativo ao apoio monetário para despesa de deslocação. -----

Cláusula 2.ª -----

Apoio Financeiro -----

1. O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante o apoio financeiro para a finalidade prevista na cláusula anterior, no montante total de **€900,00** (NOVECENTOS EUROS). -----

2. O apoio financeiro referido no número anterior destina-se exclusivamente a suportar os encargos que constam da candidatura apresentada pela Segundo Outorgante, no âmbito do “Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios, no Âmbito da Promoção Cultural” a que respeita este Contrato Programa / Protocolo. -----

3. O apoio atribuído será pago numa prestação única. -----

Clausula 3ª -----

O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante o apoio material e/ou logístico seguinte, que se destina, exclusivamente, aos fins que constam da candidatura apresentada pela Segunda Outorgante no âmbito indicado na Cláusula 1ª: -----

1. – Apoio monetário para despesa de deslocação – “No próximo dia 24 de maio, o Grupo Coral Nascente participará num encontro de coros em Lagos, com a presença do grupo infantil. Não havendo disponibilidade de transportes da câmara, enviamos o presente documento a solicitar apoio monetário para as despesas desta deslocação. A acrescentar à despesa da rodoviária acresce ainda despesas com a maestrina e o pianista.” -----

Cláusula 4.ª -----

Obrigações do Primeiro Outorgante -----

O primeiro Outorgante obriga-se ao seguinte: -----

a) Cumprir as condições e/ou prazos de pagamentos estipulados; -----

b) Acompanhar a execução dos apoios atribuídos. -----

Cláusula 5.ª -----

Obrigações do(a) Segundo(a) Outorgante -----

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte: -----

Câmara Municipal de Óbidos		447
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

- a) Aplicar os apoios atribuídos para os fins estabelecidos neste contrato-programa / protocolo, conforme a candidatura apresentada pelo segundo turno então ao abrigo do “Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios, no Âmbito da Promoção Cultural” e atribuídos nos termos indicados na cláusula primeira; -----
- b) Cooperar com o Município no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato-programa / protocolo; -----
- c) Apresentar um relatório com explicitação dos resultados alcançados e respetivos documentos de despesa, no prazo de 90 dias a contar da assinatura do presente contrato-programa / protocolo. -----
- d) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela Câmara Municipal de Óbidos, no âmbito do presente contratoprograma / protocolo;
- e) Aplicar e administrar corretamente o apoio tendo em conta o objeto do presente contrato-programa/protocolo; -----
- f) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia na sua gestão de apoio atribuído; -----
- g) Publicitar os apoios atribuídos, fazendo referência ao apoio do Município, através de menção expressa “Com apoio da Câmara Municipal de Óbidos”, e inclusão do respetivo logótipo em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação; -----
- h) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato-programa/protocolo. -----

Cláusula 6ª -----

Incumprimento, Rescisão e Sanções -----

1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente contrato-programa/protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes recebidos. ---
2. O incumprimento pelo Segundo Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente contrato-programa/protocolo constitui causa da sua rescisão imediata por parte do Primeiro outorgante e implica, ainda, a reversão imediata dos bens cedidos à sua posse, sem prejuízo das devidas indemnizações pelo uso indevido e danos sofridos. -----
3. O incumprimento do presente contrato-programa constitui impedimento para a apresentação de novo pedido por parte do Segundo Outorgante num período a estabelecer pela Câmara Municipal. -----

Cláusula 7.ª -----

Cessão da Posição Contratual -----

O presente contrato-programa/protocolo é celebrado *intuitu personae*, não podendo o Segundo Outorgante ceder total ou parcialmente a sua posição, salvo existindo prévia autorização escrita do primeiro outorgante para o efeito. -----

Cláusula 8ª -----

Comunicações -----

Todas as comunicações entre os outorgantes relativamente a este contrato-programa devem ser feitas por escrito, preferencialmente por e-mail, ou mediante carta, dirigidas para os seguintes endereços e postos de receção: -----

Município de Óbidos -----

E-mail: geral@cm-obidos.pt -----

Telefone: 262 955 500 -----

Câmara Municipal de Óbidos		448
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

À atenção do Presidente da Câmara Municipal – FILIPE MIGUEL ALVES CORREIA DANIEL ---
 Nascente – Grupo de Música Popular -----
 E-mail: grupocoral.nascente@gmail.com -----
 Telefone: 968723316 -----

À atenção da Presidente da Direção – CARMÉN LÚCIA DUARTE BRÁS TOMÉ MARQUES -----

Cláusula 9ª -----

Vigência do Contrato-programa/Protocolo -----

O presente contrato-programa/protocolo inicia-se com a sua assinatura e extingue-se com o cumprimento da finalidade prevista nos termos do apoio atribuído. -----

Cláusula 10ª -----

Disposições Finais -----

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente contrato, aplica-se o previsto no “Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios, no Âmbito da Promoção Cultural” e, subsidiariamente, a legislação aplicável. -----

Óbidos, _____ de _____ 2025 -----

Primeiro Outorgante, -----

 Câmara Municipal de Óbidos -----

Presidente -----

Segundo Outorgante, -----

 Nascente – Grupo de Música Popular -----

Cármén Lúcia Duarte Brás Tomé -----

Presidente da Direção -----

Segundo Outorgante, -----

 Nascente – Grupo de Música Popular -----

David José Tomé Marques -----

Tesoureiro” -----

---**O VEREADOR PAULO GONÇALVES**, menciona que na cláusula 2º do contrato programa que se vai estabelecer, no número um pode-se melhorar o que está escrito porque o que diz é que o primeiro atribui ao segundo o apoio financeiro no montante de e não, não é, é no montante de, mas sim no montante máximo de. Conclui que não se vai deliberar atribuir o montante total de, mas sim até ao montante total de. O número três menciona que o apoio atribuído será pago numa prestação única e que ser, como diz a deliberação, após o relatório. --

---**A Câmara deliberou, por unanimidade, o seguinte:**-----

---**1. A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio de natureza financeira à entidade Nascente – Grupo de Música Popular, Óbidos , para realização do evento pontual Encontro de Coros, a realizar no dia 24.05.2025 em Lagos, até ao montante de 50% do custo efetivo do evento, com o limite até 900,00€ (novecentos euros), cujo pagamento será efetuado mediante apresentação de relatório e evidências que comprovem o seu custo efetivo.**-----

Câmara Municipal de Óbidos		449
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

---2. *Aprovar a respetiva Minuta de Contrato-Programa a celebrar com a entidade.*-----

136 -APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS MUNICIPAIS NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO CULTURAL ORGANIZAÇÃO DE ATIVIDADES E/OU EVENTOS PONTUAIS PELA ENTIDADE TEATRO DA PESSOA – ASSOCIAÇÃO SOCIOCULTURAL PARA O EVENTO BARÓMETRO FESTIVAL DE INTERVENÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICO III EDIÇÃO I - NÓS - A REALIZAR DO DIA 22.05.2025 A 25.05.2025, NO CONVENTO DE SÃO MIGUEL, GAEIRAS – APOIO FINANCEIRO E APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA DE CONTRATO DE PATROCÍNIO.-----

---Relativamente ao assunto supra identificado, foi presente a informação cujo teor se transcreve:-----

---"ASSUNTO: **ATRIBUIÇÃO DE APOIOS MUNICIPAIS NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO CULTURAL**-----

ORGANIZAÇÃO DE ATIVIDADES E/OU EVENTOS PONTUAIS-----

= **Barómetro Festival de Intervenção Cultural e Artístico III Edição I Nós** =-----

[alínea b) do artigo 4.º e artigos 14.º e 15.º do Regulamento de Atribuição de Apoios, no Âmbito da Promoção Cultural]-----

Considerando que:-----

(1) O associativismo cultural é a expressão do dinamismo das comunidades e reflete os seus interesses e vocações, colaborando ativamente no desenvolvimento comunitário; ---

(2) A estratégia de política cultural do Município de Óbidos visa a promoção e valorização da cultura local, destacando a importância da identidade cultural e da participação ativa dos cidadãos na vida cultural da comunidade. Esta estratégia contempla a dinamização de atividades culturais diversificadas, o apoio a iniciativas locais e a criação de infraestruturas adequadas que incentivem a produção e fruição cultural. Neste contexto, o Município de Óbidos reconhece a relevância do associativismo cultural e recreativo como motor de desenvolvimento social e cultural; -----

(3) Os municípios dispõem de atribuições, no domínio do património, *cultura* e ciência, conforme refere a alínea e) do n.º 2, artigo 23º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais; -----

(4) Os artigos 73.º e 78.º da Constituição da República Portuguesa consagram o direito de todos à educação e à cultura, bem como a obrigação do Estado de promover a democratização da educação e a criação de condições para a fruição plena do direito à cultura, incentivando a criação cultural em todas as suas formas. Adicionalmente, o artigo 235.º define as autarquias locais como entidades dotadas de órgãos representativos, cujo objetivo é prosseguir os interesses próprios das respetivas populações, e o artigo 241.º confere-lhes o poder regulamentar em matérias de interesse local; -----

(5) O Município de Óbidos dispõe de um Regulamento de Atribuição de Apoios no Âmbito da Promoção Cultural (Regulamento n.º 247/2025), aprovado na sessão ordinária da Assembleia Municipal, em 9 de dezembro de 2024, sob proposta aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de 29 de novembro de 2024 e publicado no jornal oficial, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 34, de 18 de fevereiro de 2025.-----

Câmara Municipal de Óbidos		450
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

(6) O antedito regulamento Municipal define os procedimentos e critérios de atribuição de apoios municipais para promoção cultural, atividade cultural regular; atividades e/ou eventos pontuais; mérito cultural; utilização de espaços culturais municipais, aquisição de equipamentos, viaturas, construção e/ou reabilitação de instalações; participação em festivais, concursos e competições; -----

(7) O artigo 15.º do Regulamento de Atribuição de Apoios no Âmbito da Promoção Cultural do Município de Óbidos prevê como formas de apoio – para as atividades e/ou eventos pontuais – o acompanhamento técnico, o apoio logístico, a cedência de espaços culturais municipais, o transporte, a comparticipação financeira e outros (no cumprimento do interesse público); -----

(8) É da competência da Câmara Municipal de Óbidos apoiar ou participar, pelos meios adequados, entidades que, estando legalmente constituídas, contribuam de forma significativa para adinamização cultural do concelho de Óbidos e, ainda, promover e apoiar atividades de natureza cultural; -----

(9) O procedimento de análise e avaliação dos pedidos de apoio obedeceu ao estabelecido no Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios, no Âmbito da Promoção Cultural do Município de Óbidos; -----

(10) A Comissão de Análise e Avaliação das Candidaturas, designada para o efeito pela Câmara Municipal, procedeu à análise e avaliação da candidatura para *atividades e/ou eventos pontuais* («Barómetro Festival de Intervenção Cultural e Artístico III Edição I Nós») submetida pela entidade **Teatro da Pessoa – Associação Sociocultural**, Óbidos, com base na aplicação dos critérios regulamentares, sendo que, os fundamentos que subjazem à presente proposta, encontram-se vertidos no Relatório da Comissão de Análise e Avaliação (cfr. relatório que se junta e se dá por integralmente reproduzido); -----

(11) O artigo 3.º do Regulamento de Atribuição de Apoios no Âmbito da Promoção Cultural do Município de Óbidos prevê que a iniciativa considera a promoção e o incentivo à prática cultural. -----

FACE AO EXPOSTO, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º e nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como no n.º 3 do artigo 7.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios, no Âmbito da Promoção Cultural do Município de Óbidos, remete-se, para deliberação da Câmara Municipal de Óbidos, a ATRIBUIÇÃO – à entidade **Teatro da Pessoa – Associação Sociocultural**, Óbidos dos seguintes APOIOS: -----

1. A requerente apresentou, tempestivamente, no dia 07.04.2025, uma candidatura no âmbito da «organização de eventos», referente ao evento pontual denominado de «**Barómetro Festival de Intervenção Cultural e Artístico III Edição I Nós**» a realizar do dia 22.05.2025 a 25.05.2025, no Convento de São Miguel, Gaeiras. -----

2. A candidatura encontra-se devidamente instruída (Cfr. formulário de candidatura e documentos instrutórios que se anexam). -----

3. Para levar a cabo a organização deste evento, a coletividade solicitou ao Município um **apoio de natureza financeira** no valor de **€4.855,00** (quatro mil oitocentos e cinquenta e cinco euros) para fazer face ao custo com a organização deste evento. -----

4. A entidade requerente apresentou, em sede de orçamento, um **valor de receita previsto** de **€ 1.938,00** (mil novecentos e trinta e oito euros) e um **valor de despesa previsto** de **€4.855,00** (quatro mil oitocentos e cinquenta e cinco euros). -----

Câmara Municipal de Óbidos		451
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

5. No âmbito da análise desta candidatura pela comissão técnica, e com base na caracterização apresentada e nos critérios regulamentares estabelecidos, concluiu-se que: -----

a) Da aplicação dos critérios previstos no ponto 3 do Anexo I ao Regulamento de Atribuição de Apoios no no Âmbito da Promoção Cultural, resultou a classificação do evento como nível MÉDIO; -----

b) Sendo enquadrado na classificação de evento **MÉDIO**, poderá existir uma comparticipação, pelo Município, **até 60% das despesas**, tendo a comissão técnica identificado que o evento, pelas suas características, é elegível para a comparticipação total de **60% das despesas** (relatório em anexo). -----

6. Na sequência do que antecede, foram efetuados os seguintes cálculos: -----

Valor da despesa prevista para o evento: **€ 4.855** -----

Receita prevista para o evento: **€ 1.938** -----

Comparticipação de 60% da despesa (globalmente considerada) **(60/100) x 4.855 =€2.913**

Valor proposto de comparticipação pelo Município **€2.913** -----

7. Após a realização do evento, deverá ser apresentado o relatório com a explicitação dos resultados alcançados e os documentos comprovativos da despesa. -----

8. Nesse mesmo pedido, é solicitado ainda o seguinte apoio logístico: -----

i. TRANSPORTE; -----

ii. SOM; -----

iii. DIVULGAÇÃO CANAIS DO MUNICÍPIO; -----

iv. CADEIRAS; -----

v. MESAS; -----

vi. PROJETOR E TELA; -----

vii. ESPAÇO PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO -----

A formalização da respetiva atribuição deverá ser efetuada através da outorga, entre as Partes, da minuta de contrato-programa constante do Anexo VI ao Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios, no Âmbito da Promoção Cultural do Município de Óbidos. -----

Previamente à tomada de decisão pelo órgão executivo, deverá ser cabimentado o montante da comparticipação financeira acima identificada. -----

ANEXOS: -----

- Elementos integrantes do correspondente processo de candidatura; -----

- Relatório da Comissão de Análise e Avaliação; -----

- Minuta de contrato-programa de atribuição de apoio financeiro no âmbito de contrato de promoção cultural – Anexo VI ao Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios no Âmbito da Promoção Cultural do Município de Óbidos. -----

O Chefe da Subdivisão de Cultura -----

Carlos José Dias Coutinho -----

Minuta de Atribuição de apoio financeiro, material e/ou logístico, no âmbito de Contrato-Programa / Protocolo de Promoção Cultural -----

Contrato de Apoio Cultural -----

Entre -----

Município de Óbidos, pessoa coletiva n.º 506 802 698, com sede no Largo de São Pedro, 2510-086, Óbidos, representada por **FILIPE MIGUEL ALVES CORREIA DANIEL**, na qualidade

Câmara Municipal de Óbidos		452
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

de Presidente da Câmara Municipal de Óbidos, doravante designado por Primeiro Outorgante: -----

e -----

Teatro da Pessoa – Associação Sociocultural, associação sem fins lucrativos, pessoa coletiva com o n.º de identificação fiscal 514772751, com sede na Rua Coronel Pacheco, n.º. 6, 2510-057, Óbidos, neste ato representada por TÂNIA CRISTINA AMARAL BORGES DOS SANTOS LEONARDO, titular do cartão de cidadão n.º 10980621, válido até 03/08/2031, com domicílio profissional na sede da sua representada, na qualidade de Presidente da Direção e ANA CRISTINA ÁVILA DE SEQUEIRA, titular do cartão de cidadão n.º 14153525, válido até 03/08/2031, com domicílio profissional na sede da sua representante, na qualidade de Vice-Presidente da Direção, ambas com poderes para outorgar o presente contrato, conforme ata n.º 11 da Assembleia Geral, datada de 13 de janeiro 2023, doravante designada como Segundo Outorgante; -----

É celebrado o presente Contrato-Programa / Protocolo de Promoção Cultural – Contrato de Apoio Cultural, ao abrigo do previsto no “Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios, e no âmbito entre outras da competência da Câmara Municipal prevista nas alíneas k), o) e u) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o qual se rege pelas cláusulas seguintes: -----

Cláusula 1.ª -----

Objeto do Contrato Programa / Protocolo -----

Constitui objeto do presente contrato-programa / protocolo a atribuição de apoio financeiro, material e/ou logístico pelo Município de Óbidos, nos termos da candidatura apresentada pelo Segundo Outorgante no âmbito do “Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios, no Âmbito da Promoção Cultural”, relativo ao evento pontual BARÓMETRO FESTIVAL DE INTERVENÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICO III EDIÇÃO | NÓS. -----

Cláusula 2.ª -----

Apoio Financeiro -----

1. O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante o apoio financeiro para a finalidade prevista na cláusula anterior, no montante total de **€2.913,00** (DOIS MIL NOVECENTOS E TREZE EUROS). -----

2. O apoio financeiro referido no número anterior destina-se exclusivamente a suportar os encargos que constam da candidatura apresentada pela Segundo Outorgante, no âmbito do “Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios, no Âmbito da Promoção Cultural” a que respeita este Contrato Programa / Protocolo. -----

3. O apoio atribuído será pago numa prestação única. -----

Clausula 3ª -----

O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante o apoio material e/ou logístico seguinte, que se destina, exclusivamente, aos fins que constam da candidatura apresentada pela Segunda Outorgante no âmbito indicado na Cláusula 1ª: -----

1. Apoio Material que consiste em utilização de espaço para a realização do evento – Transporte, Som, Divulgação Canais do Município, Cadeiras (mediante disponibilidade) e Espaço para a realização do evento – Convento de São Miguel, Gaeiras. -----

Cláusula 4.ª -----

Obrigações do Primeiro Outorgante -----

O primeiro Outorgante obriga-se ao seguinte: -----

a) Cumprir as condições e/ou prazos de pagamentos estipulados; -----

Câmara Municipal de Óbidos		453
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

b) Acompanhar a execução dos apoios atribuídos. -----

Cláusula 5.ª -----

Obrigações do(a) Segundo(a) Outorgante -----

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte: -----

a) Aplicar os apoios atribuídos para os fins estabelecidos neste contrato-programa / protocolo, conforme a candidatura apresentada pelo segundo turno então ao abrigo do “Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios, no Âmbito da Promoção Cultural” e atribuídos nos termos indicados na cláusula primeira; -----

b) Cooperar com o Município no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato-programa / protocolo; -----

c) Apresentar um relatório com explicitação dos resultados alcançados e respetivos documentos de despesa, no prazo de 90 dias a contar da assinatura do presente contrato-programa / protocolo. -----

d) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela Câmara Municipal de Óbidos, no âmbito do presente contratoprograma / protocolo;

e) Aplicar e administrar corretamente o apoio tendo em conta o objeto do presente contrato-programa/protocolo; -----

f) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia na sua gestão de apoio atribuído; -----

g) Publicitar os apoios atribuídos, fazendo referência ao apoio do Município, através de menção expressa “Com apoio da Câmara Municipal de Óbidos”, e inclusão do respetivo logótipo em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação; -----

h) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato-programa/protocolo. -----

Cláusula 6ª -----

Incumprimento, Rescisão e Sanções -----

1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente contrato-programa/protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes recebidos. ---

2. O incumprimento pelo Segundo Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente contrato-programa/protocolo constitui causa da sua rescisão imediata por parte do Primeiro outorgante e implica, ainda, a reversão imediata dos bens cedidos à sua posse, sem prejuízo das devidas indemnizações pelo uso indevido e danos sofridos. -----

3. O incumprimento do presente contrato-programa constitui impedimento para a apresentação de novo pedido por parte do Segundo Outorgante num período a estabelecer pela Câmara Municipal. -----

Cláusula 7.ª -----

Cessão da Posição Contratual -----

O presente contrato-programa/protocolo é celebrado *intuitu personae*, não podendo o Segundo Outorgante ceder total ou parcialmente a sua posição, salvo existindo prévia autorização escrita do primeiro outorgante para o efeito. -----

Cláusula 8ª -----

Comunicações -----

Câmara Municipal de Óbidos		454
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

Todas as comunicações entre os outorgantes relativamente a este contrato-programa devem ser feitas por escrito, preferencialmente por e-mail, ou mediante carta, dirigidas para os seguintes endereços e postos de receção: -----

Município de Óbidos -----

E-mail: geral@cm-obidos.pt -----

Telefone: 262 955 500 -----

À atenção do Presidente da Câmara Municipal – FILIPE MIGUEL ALVES CORREIA DANIEL ---

Teatro da Pessoa – Associação Sociocultural -----

E-mail: teatrodapessoa@gmail.com -----

Telefone: 927224122 -----

À atenção da Presidente da – Direção TÂNIA CRISTINA AMARAL BORGES DOS SANTOS

LEONARDO -----

Cláusula 9ª -----

Vigência do Contrato-programa/Protocolo -----

O presente contrato-programa/protocolo inicia-se com a sua assinatura e extingue-se com o cumprimento da finalidade prevista nos termos do apoio atribuído. -----

Cláusula 10ª -----

Disposições Finais -----

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente contrato, aplica-se o previsto no “Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios, no Âmbito da Promoção Cultural” e, subsidiariamente, a legislação aplicável. -----

Óbidos, _____ de _____ 2025 -----

Primeiro Outorgante, -----

Câmara Municipal de Óbidos -----

Presidente -----

Segundo Outorgante, -----

Teatro da Pessoa – Associação Sociocultural -----

Tânia Cristina Amaral Borges dos Santos Leonardo -----

Presidente da Direção -----

Segundo Outorgante, -----

Teatro da Pessoa – Associação Sociocultural -----

Ana Cristina Ávila de Sequeira -----

Vice-Presidente da Direção” -----

---A Câmara deliberou, por unanimidade, o seguinte:-----

---1. A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio de natureza financeira à entidade Teatro da Pessoa – Associação Sociocultural, para realização do evento Barómetro Festival de Intervenção Cultural e Artístico III Edição I - Nós, a realizar do dia 22.05.2025 a 25.05.2025 no Convento de São Miguel, Gaeiras, até ao montante de 60% do custo efetivo do evento, com o limite até 2.913,00€ (dois mil novecentos e treze euros), cujo pagamento será efetuado mediante apresentação de relatório e evidências que comprovem o seu custo efetivo correspondente ao total das despesas deduzido das receitas. -----

Câmara Municipal de Óbidos		455
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

---2. Aprovar a respetiva Minuta de Contrato-Programa a celebrar com a entidade.-----

136 - **APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO DO DESPORTO, SAÚDE E BEM ESTAR PARA PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÃO - ÓBIDOS DANCE** : Relativamente ao assunto supra identificado, foi presente a informação n.º 3287/25, datada de 13 de maio de 2025, subscrita pelo Chefe da Subdivisão de Saúde, Desporto e Bem Estar, cujo teor se transcreve:

---"ASSUNTO: **Apoio para participação em competição - Óbidos Dance ATRIBUIÇÃO DE APOIOS MUNICIPAIS NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO DO DESPORTO, SAÚDE E BEM-ESTAR Participação em competições (não consideradas no calendário regular)** artigo 17.º do Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar -----

ENQUADRAMENTO LEGAL -----

1. Os Municípios dispõem de atribuições, nomeadamente nos domínios dos tempos livres, do desporto e da saúde, conforme referem as alíneas f) e g), n.º 2, artigo 23º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais; -----

2. A Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, definiu as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto, estabelecendo, para além de um princípio de coordenação, de descentralização e de colaboração (cfr. artigo 5.º daquele diploma legal), a faculdade de concessão de apoios financeiros por parte das autarquias locais, nos termos do seu artigo 46.º, sob a epígrafe "apoios financeiros"; -----

3. Nos termos do n.º 3 do artigo 46.º do citado diploma legal, na sua atual redação, «*os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei*»; -----

4. O Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, que aprovou o Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, veio estipular a disciplina referente aos apoios financeiros, materiais e logísticos, bem como de patrocínios desportivos concedidos, nomeadamente, pelas autarquias locais; -----

5. O Município de Óbidos dispõe de um Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar (Regulamento n.º 1480/2024), aprovado na sessão ordinária da Assembleia Municipal, em 9 de dezembro de 2024, sob proposta aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de 29 de novembro de 2024 e publicado no jornal oficial, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 250, de 26 de dezembro de 2024. -----

6. O antedito regulamento municipal define os procedimentos e critérios de atribuição de apoios municipais para promoção da atividade física e do desporto, em sede de atividade desportiva regular; -----

eventos, atividades, competições pontuais; participação em competições não regulares; utilização dos espaços desportivos municipais; aquisição de equipamentos que não sejam de desgaste rápido e individual, aquisição de viaturas e construção e ou requalificação de instalações desportivas e mérito desportivo. -----

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE REQUERENTE -----

Câmara Municipal de Óbidos		456
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

1. A **ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA “ÓBIDOS DANCE”** é, estatutariamente, uma associação sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, com sede no concelho de Óbidos. -----

2. A requerente é elegível nos termos do n.º 3 do artigo 2.º do Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar. -----

INSTRUÇÃO DO PROCESSO E ANÁLISE DA CANDIDATURA -----

1. A requerente apresentou, tempestivamente, no dia 21/04/2025, uma candidatura no âmbito da «**Participação em competições (não consideradas no calendário regular)**», referente à participação na **3ª Prova do Circuito Nacional Grupos e Solos Latinas e Standard - Circuito Ibérico** – de 6/06/2025 a 9/06/2025, na Ilha da Madeira. -----

2. A candidatura encontra-se devidamente instruída (Cfr. formulário de candidatura e documentos instrutórios que se anexam). -----

3. A entidade requerente apresentou, em sede de orçamento, um **valor €1884,84** (euros). -----

4. No âmbito da análise desta candidatura pela comissão técnica, e com base na caracterização apresentada e nos critérios regulamentares estabelecidos, concluiu-se que: -----

a) Existe uma classificação da prova no nível MÉDIO nos diferentes critérios: dimensão, nível e organização. Indicando um apoio que poderá ir dos 41% aos 60% do valor orçamentado. -----

b) Considerando a classificação da prova e outros apoios do Município já atribuídos à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA “ÓBIDOS DANCE”, nomeadamente, atividade regular e organização de atividades/eventos pontuais, a comissão propõe o apoio de 50% do valor orçamentado. -----

5. Na sequência do que antecede, foram efetuados os seguintes cálculos: -----

Valor total orçamentado: **€1884,84** -----

Comparticipação de 50% do valor total orçamentado: **(50/100) x 1884,84€ = €942,42** -----

Valor proposto de participação pelo Município **€942,42** -----

6. Após a participação na prova, deverá ser apresentado o relatório com os documentos comprovativos da despesa. -----

PROPOSTA DE APOIO -----

Tem competência para decidir sobre o assunto, a Câmara Municipal, com base no disposto da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º e nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais), bem como ao abrigo do n.º 3 do artigo 5.º do Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar, conjugado com os artigos 46.º e 47.º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o artigo 9.º do Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo previsto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua atual redação -- Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: -----

– **ATRIBUIR um apoio para participação na prova** à entidade ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA “ÓBIDOS DANCE”, no montante de **€942,42** (novecentos e quarenta e dois euros e quarenta e dois cêntimos); -----

Anexa-se, ainda, a respetiva minuta do Contrato de Patrocínio Desportivo a celebrar com a entidade requerente (Cfr. minuta de atribuição de apoio financeiro no âmbito de contrato de patrocínio desportivo – Anexo VI ao Regulamento de Atribuição de Apoios no

Câmara Municipal de Óbidos		457
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar) e relatório da comissão de avaliação. -----

1 O cálculo do Município incide sobre o valor orçamentado na sua globalidade. -----

José Eduardo Dos Santos Vala -----

TÉCNICO SUPERIOR -----

Contrato Programa -----

Atribuição de apoio financeiro, material e/ou logístico no âmbito de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo / Contrato de Patrocínio Desportivo -----

Entre -----

MUNICÍPIO DE ÓBIDOS, pessoa coletiva n.o 506 802 698, com sede no Largo de Sao Pedro, 2510-086 Obidos, representada por FILIPE MIGUEL ALVES CORREIA DANIEL, na qualidade de Presidente da Camara Municipal de Obidos, doravante designado Primeiro Outorgante: -----

e -----

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA “ÓBIDOS DANCE”, no de identificação fiscal 516399381, com sede em EDIFÍCIO DAS PISCINAS MUNICIPAIS, COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE ÓBIDOS, 2510-171, Óbidos, representada por DANIEL FILIPE CARMO SILVA, na qualidade de PRESIDENTE , doravante designado Segundo Outorgante; -----

E celebrado o presente Contrato-Programa / Contrato de Patrocínio Desportivo ao abrigo do previsto no “Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar” e no âmbito entre outras da competência da Câmara Municipal prevista na alínea u) do no1 do artigo 33o da Lei no 75/2013, de 12 de setembro, o qual se rege pelas clausulas seguintes: -----

Cláusula 1.ª -----

Objeto do Contrato-Programa / Contrato de Patrocínio Desportivo -----

Constitui objeto do presente Contrato-Programa / Contrato de Patrocínio Desportivo a atribuição de apoio financeiro, material e / ou logístico pelo Município de Óbidos, conforme candidatura apresentada pelo Segundo Outorgante ao abrigo do “Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar”, relativo(s) a época desportiva 2024/2025 / PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES (NÃO CONSIDERADAS NO CALENDÁRIO REGULAR), - Referente a participação da Associação Cultural e Desportiva “Óbidos Dance” - na **3ª Prova do Circuito Nacional Grupos e Solos Latinas e Standard - Circuito Ibérico Dança**. -----

Cláusula 2.ª -----

Apoio Financeiro -----

1. O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante o apoio financeiro para a finalidade prevista na clausula anterior, ate ao montante de **942,42€** (Novecentos e quarenta e dois euros e quarenta e dois cêntimos). -----

2. O apoio referido no numero anterior destina-se exclusivamente a suportar os encargos que constam da candidatura apresentada pela Segundo Outorgante no âmbito indicado na Clausula 1a. -----

3. O apoio atribuído será pago numa prestação única -----

Cláusula 3ª -----

Obrigações do Primeiro Outorgante -----

O primeiro Outorgante obriga-se ao seguinte: -----

a) Cumprir as condições e/ou prazos estipulados; -----

Câmara Municipal de Óbidos		458
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

b) Acompanhar a execução dos apoios atribuídos. -----

Cláusula 4ª -----

Obrigações do(a) Segundo(a) Outorgante -----

O/A Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte: -----

a) Aplicar os apoios atribuídos para os fins estabelecidos neste contrato conforme candidatura apresentada pelo Segundo Outorgante ao abrigo do “Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar” e atribuídos nos termos indicados na Clausula 1.a; -----

b) Cooperar com o Município no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato; -----

c) Apresentar um relatório com explicitação dos resultados alcançados e respetivos documentos de despesa nas condições e prazos previstos no Regulamento; -----

d) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela Câmara Municipal de Óbidos, no âmbito do presente contrato; -----

e) Administrar corretamente o apoio tendo em conta o objeto do presente contrato; -----

f) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia e eficácia na gestão de apoio atribuído; -----

g) Publicitar o objeto do presente contrato, fazendo referencia ao apoio do Município, através de menção expressa “Com apoio do Município de Óbidos”, e inclusão do respetivo logótipo em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades ou apoio atribuídos, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação; -----

h) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato, nomeadamente ate duas apresentações, solicitadas pela Câmara Municipal, durante a época desportiva. -----

Cláusula 5ª -----

Incumprimento, Rescisão e Sanções -----

1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante de uma ou mais obrigações estabelecidas no presente contrato constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos apoios financeiros recebidos e/ou reversão imediata de bens cedidos, sem prejuízo das devidas indemnizações pelo uso indevido e danos sofridos. -----

2. O incumprimento do presente contrato constitui impedimento para a apresentação de novo pedido por parte do Segundo Outorgante num período a estabelecer pela Câmara Municipal. -----

Cláusula 6ª -----

Cessão da Posição Contratual -----

O presente contrato e celebrado *intuitu personae*, não podendo o Segundo Outorgante ceder total ou parcialmente a sua posição, salvo existindo previa autorização escrita do Primeiro Outorgante para o efeito. -----

Cláusula 7ª -----

Comunicações -----

Todas as comunicações entre os outorgantes relativamente a este contrato devem ser feitas por escrito, preferencialmente por e-mail, ou mediante carta, para os seguintes endereços: -----

Município de Óbidos -----

Câmara Municipal de Óbidos		459
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

E-mail: geral@cm-obidos.pt -----

Telefone: 262 955 500 -----

A atenção do Presidente da Câmara Municipal – FILIPE MIGUEL ALVES CORREIA DANIEL ---
Associação Cultural e Desportiva “Óbidos Dance” -----

E-mail: geral@obidosdance.pt -----

Telefone: 910697935 -----

A atenção do/a Legal Representante – DANIEL FILIPE CARMO SILVA -----

Cláusula 8ª -----

Vigência do Contrato-Programa / Patrocínio Desportivo -----

O presente Contrato-Programa inicia-se com a sua assinatura e extingue-se com a realização do fim a que se destina(m) o(s) apoio(s) atribuído(s). -----

Cláusula 9ª -----

Disposições Finais -----

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente contrato, aplica-se o previsto no “Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar” e, subsidiariamente, a legislação aplicável. -----

Óbidos, de de 2025 -----

Primeiro Outorgante, -----

Câmara Municipal de Óbidos -----

FILIPE MIGUEL ALVES CORREIA DANIEL -----

Presidente -----

Segundo Outorgante, -----

Associação Cultural e Desportiva “Óbidos Dance” -----

DANIEL FILIPE CARMO SILVA -----

Presidente” -----

---**A VEREADORA ANA SOUSA**, questiona se a entidade tem sede nas piscinas municipais e se a Câmara Municipal deu autorização. Menciona como é possível uma vez que a entidade não tem nenhum espaço atribuído e que não se lembra de ter feito nenhuma deliberação para virtualmente se ter concedido um espaço à entidade. -----

---**A VEREADORA MARGARIDA REIS** refere que quando abriu esta Associação se permitiu que duas Associações partilhassem o mesmo gabinete. -----

---**A Câmara deliberou, por unanimidade, o seguinte:**-----

---**1 - Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio de natureza financeira à entidade Óbidos Dance, para participação em competição, 3ª Prova do Circuito Nacional Grupos e Solos Latinas e Standard - Circuito Ibérico, a realizar de 6/06/2025 a 9/06/2025, na Ilha da Madeira, até ao montante de 50% do custo efetivo, com o limite até 942,42€ (novecentos e quarenta e dois euros e quarenta e dois cêntimos), cujo pagamento será efetuado mediante apresentação de relatório e evidências que comprovem o seu custo efetivo.** -----

---**2. Aprovar a respetiva Minuta de Contrato-Programa a celebrar com a entidade.**-----

Câmara Municipal de Óbidos		460
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

137 - APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO DO DESPORTO, SAÚDE E BEM ESTAR - ATIVIDADE PONTUAL - CLUBE DE TIRO DO OESTE - TAÇA INATEL – REGIÃO DE LEIRIA – TIRO DESPORTIVO A REALIZAR DO DIA 15.06.2025 – APOIO FINANCEIRO -----

Relativamente a este assunto, foi presente a informação n.º 3275/2025, datada de 12 de maio de 2025, elaborada pela Subdivisão de Desporto, Saúde e Bem Estar, cujo teor se transcreve: -----

---"ASSUNTO: **Atividade Pontual - Clube de Tiro do Oeste** -----

ATRIBUIÇÃO DE APOIOS MUNICIPAIS NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO DO DESPORTO, SAÚDE E BEM-ESTAR -----

ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS/ATIVIDADES PONTUAIS -----

[alínea b) do artigo 4.º do Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar] -----

ENQUADRAMENTO LEGAL -----

1. Os Municípios dispõem de atribuições, nomeadamente nos domínios dos tempos livres, do desporto e da saúde, conforme referem as alíneas f) e g), n.º 2, artigo 23º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais; -----
2. A Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, definiu as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto, estabelecendo, para além de um princípio de coordenação, de descentralização e de colaboração (cfr. artigo 5.º daquele diploma legal), a faculdade de concessão de apoios financeiros por parte das autarquias locais, nos termos do seu artigo 46.º, sob a epígrafe "apoios financeiros"; -----
3. Nos termos do n.º 3 do artigo 46.º do citado diploma legal, na sua atual redação, « *os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei*»; -----
4. O Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, que aprovou o Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, veio estipular a disciplina referente aos apoios financeiros, materiais e logísticos, bem como de patrocínios desportivos concedidos, nomeadamente, pelas autarquias locais; -----
5. O Município de Óbidos dispõe de um Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar (Regulamento n.º 1480/2024), aprovado na sessão ordinária da Assembleia Municipal, em 9 de dezembro de 2024, sob proposta aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de 29 de novembro de 2024 e publicado no jornal oficial, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 250, de 26 de dezembro de 2024. -----
6. O antedito regulamento municipal define os procedimentos e critérios de atribuição de apoios municipais para promoção da atividade física e do desporto, em sede de atividade desportiva regular; -----
eventos, atividades, competições pontuais; participação em competições não regulares; utilização dos espaços desportivos municipais; aquisição de equipamentos que não sejam de desgaste rápido e individual, aquisição de viaturas e construção e ou requalificação de instalações desportivas e mérito desportivo. -----

Câmara Municipal de Óbidos		461
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE REQUERENTE -----

1. O **Clube de Tiro do Oeste** é, estatutariamente, uma associação sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, com sede no concelho de Óbidos. -----
2. A requerente é elegível nos termos do n.º 3 do artigo 2.º do Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar. -----

INSTRUÇÃO DO PROCESSO E ANÁLISE DA CANDIDATURA -----

1. A requerente apresentou, tempestivamente, no dia 24.04.2025, uma candidatura no âmbito da «organização de eventos», referente ao evento pontual denominado de «**TAÇA INATEL – REGIÃO DE LEIRIA – TIRO DESPORTIVO**» a realizar do dia 15.06.2025. -----
2. A candidatura encontra-se devidamente instruída (Cfr. formulário de candidatura e documentos instrutórios que se anexam). -----
3. Para levar a cabo a organização deste evento, a coletividade apresentou, em sede de orçamento, um **valor de receita previsto de €210,00** (duzentos euros) e um **valor de despesa previsto de € 1.400** (mil e quatrocentos euros). -----
4. No âmbito da análise desta candidatura pela comissão técnica, e com base na caracterização apresentada e nos critérios regulamentares estabelecidos, concluiu-se que: -----

a) Da aplicação dos critérios previstos no ponto 3 do Anexo I ao Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar, resultou a classificação do evento como nível **BAIXO**; -----

b) Sendo enquadrado na classificação de evento **BAIXO**, poderá existir uma comparticipação, pelo Município, **até 40% das despesas**, tendo a comissão técnica identificado que o evento, pelas suas características, é elegível para a comparticipação total de **40% das despesas**; -----

5. Na sequência do que antecede, foram efetuados os seguintes cálculos: -----

Valor da despesa prevista para o evento: **€ 1.400** -----

Receita prevista para o evento: **€ 210** -----

Comparticipação de 40% da despesa (globalmente considerada)¹ **(40/100) x 1400 = € 560**

Valor proposto de comparticipação pelo Município **€ 560** -----

6. Após a realização do evento, deverá ser apresentado o relatório com a explicitação dos resultados alcançados e os documentos comprovativos da despesa. -----

PROPOSTA DE APOIO -----

Tem competência para decidir sobre o assunto, a Câmara Municipal, com base no disposto da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º e nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais), bem como ao abrigo do n.º 3 do artigo 5.º do Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar, conjugado com os artigos 46.º e 47.º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o artigo 9.º do Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo previsto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua atual redação -- Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: -----

– Atribuir um **apoio pontual de natureza financeira** à entidade **Clube de Tiro do Oeste** no montante de **€560** (quinhentos e sessenta euros) como forma de apoio à realização do evento acima identificado; -----

Câmara Municipal de Óbidos		462
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

Anexa-se, ainda, a respetiva minuta do Contrato de Patrocínio Desportivo a celebrar com a entidade -----

1 Considerando que a taxa de esforço da entidade requerente é de 15% da despesa globalmente considerada, o cálculo do Município incidirá sobre o valor da despesa também considerada na sua globalidade (e não do valor da despesa, subtraída a receita), mas sempre até ao limite do valor da despesa indicada (neste caso, € 1400), não podendo, de todo o modo, existir casos de sobrefinanciamento. Neste caso, a entidade já indicou uma receita prevista de € 210,00, o que não tem qualquer impacto nos 40% do valor a atribuir pelo Município (ou seja, € 560). -----

requerente (Cfr. minuta de atribuição de apoio financeiro no âmbito de contrato de patrocínio desportivo – Anexo VI ao Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar). -----

José Eduardo Dos Santos Vala -----

TÉCNICO SUPERIOR -----

Contrato Programa -----

Atribuição de apoio financeiro, material e/ou logístico no âmbito de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo / Contrato de Patrocínio Desportivo -----

Entre -----

Município de Óbidos, pessoa coletiva n.o 506 802 698, com sede no Largo de São Pedro, 2510-086 Óbidos, representada por FILIPE MIGUEL ALVES CORREIA DANIEL, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Óbidos, doravante designado PrimeiroOutorgante: e -----

CLUBE DE TIRO DO OESTE, no de identificação fiscal 518298965, com sede em Urb. Moinho Saloio, lote 13 A , 2510 - 750 Gaeiras, Óbidos, representada por Paulo Alexandre da Silva Cristino, na qualidade de PRESIDENTE , doravante designado SegundoOutorgante; E celebrado o presente Contrato-Programa / Contrato de Patrocínio Desportivo ao abrigo do previsto no “Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar” e no âmbito entre outras da competência da Câmara Municipal prevista na alínea u) do no1 do artigo 33o da Lei no 75/2013, de 12 de setembro, o qual se rege pelas clausulas seguintes: -----

Cláusula 1.ª -----

Objeto do Contrato-Programa / Contrato de Patrocínio Desportivo -----

Constitui objeto do presente Contrato-Programa / Contrato de Patrocínio Desportivo a atribuição de apoio financeiro, material e / ou logístico pelo Município de Óbidos, conforme candidatura apresentada pelo Segundo Outorgante ao abrigo do “Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar”, relativo(s) a época desportiva 2024/2025 / ao evento pontual, **TAÇA INATEL – LEIRIA – TIRO DESPORTIVO** . -----

Cláusula 2.ª -----

Apoio Financeiro -----

1. O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante o apoio financeiro para a finalidade prevista na clausula anterior, ate ao montante de 560€ (quinhentos e sessenta euros). -----

2. O apoio referido no numero anterior destina-se exclusivamente a suportar os encargos que constam da candidatura apresentada pela Segundo Outorgante no âmbito indicado na Clausula 1a. -----

Câmara Municipal de Óbidos		463
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

3. O apoio atribuído será pago numa prestação única -----

Cláusula 3ª -----

Obrigações do Primeiro Outorgante -----

O primeiro Outorgante obriga-se ao seguinte: -----

a) Cumprir as condições e/ou prazos estipulados; -----

b) Acompanhar a execução dos apoios atribuídos. -----

Cláusula 4ª -----

Obrigações do(a) Segundo(a) Outorgante -----

O/A Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte: -----

a) Aplicar os apoios atribuídos para os fins estabelecidos neste contrato conforme candidatura apresentada pelo Segundo Outorgante ao abrigo do “Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar” e atribuídos nos termos indicados na Clausula 1.a; -----

b) Cooperar com o Município no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato; -----

c) Apresentar um relatório com explicitação dos resultados alcançados e respetivos documentos de despesa nas condições e prazos previstos no Regulamento; -----

d) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela Câmara Municipal de Óbidos, no âmbito do presente contrato; -----

e) Administrar corretamente o apoio tendo em conta o objeto do presente contrato; -----

f) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia e eficácia na gestão de apoio atribuído; -----

g) Publicitar o objeto do presente contrato, fazendo referencia ao apoio do Município, através de menção expressa “Com apoio do Município de Óbidos”, e inclusão do respetivo logótipo em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades ou apoio atribuídos, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação; -----

h) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato, nomeadamente ate duas apresentações, solicitadas pela Câmara Municipal, durante a época desportiva. -----

Cláusula 5ª -----

Incumprimento, Rescisão e Sanções -----

1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante de uma ou mais obrigações estabelecidas no presente contrato constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos apoios financeiros recebidos e/ou reversão imediata de bens cedidos, sem prejuízo das devidas indemnizações pelo uso indevido e danos sofridos. -----

2. O incumprimento do presente contrato constitui impedimento para a apresentação de novo pedido por parte do Segundo Outorgante num período a estabelecer pela Câmara Municipal. -----

Cláusula 6ª -----

Cessão da Posição Contratual -----

O presente contrato e celebrado *intuitu personae*, não podendo o Segundo Outorgante ceder total ou parcialmente a sua posição, salvo existindo previa autorização escrita do Primeiro Outorgante para o efeito. -----

Cláusula 7ª -----

Câmara Municipal de Óbidos		464
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

Comunicações -----

Todas as comunicações entre os outorgantes relativamente a este contrato devem ser feitas por escrito, preferencialmente por e-mail, ou mediante carta, para os seguintes endereços: -----

Município de Óbidos -----

E-mail: geral@cm-obidos.pt -----

Telefone: 262 955 500 -----

A atenção do Presidente da Câmara Municipal – FILIPE MIGUEL ALVES CORREIA DANIEL ---
Clube de Tiro do Oeste -----

E-mail: clubetirodooste@gmail.com -----

Telefone: 938543705 -----

À atenção do/a Legal Representante – PAULO ALEXANDRE DA SILVA CRISTINO -----

Cláusula 8ª -----

Vigência do Contrato-Programa / Patrocínio Desportivo -----

O presente Contrato-Programa inicia-se com a sua assinatura e extingue-se com a realização do fim a que se destina(m) o(s) apoio(s) atribuído(s). -----

Cláusula 9ª -----

Disposições Finais -----

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente contrato, aplica-se o previsto no “Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar” e, subsidiariamente, a legislação aplicável. -----

Óbidos, de MAIO de 2025 -----

Primeiro Outorgante, -----

Câmara Municipal de Óbidos -----

FILIPE MIGUEL ALVES CORREIA DANIEL -----

Presidente -----

Segundo Outorgante, -----

Clube de Tiro do Oeste -----

PAULO ALEXANDRE DA SILVA CRISTINO -----

Presidente” -----

---A Câmara deliberou, por unanimidade, o seguinte:-----

---1 - A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio de natureza financeira à entidade Clube de Tiro do Oeste , para realização do evento pontual Taça INATEL – Região de Leiria – Tiro Desportivo, a realizar do dia 15.06.2025, até ao montante de 40% do custo efetivo, com o limite até 560€ (quinhentos e sessenta euros), cujo pagamento será efetuado mediante apresentação de relatório e evidências que comprovem o seu custo efetivo.

---2. Aprovar a respetiva Minuta de Contrato-Programa a celebrar com a entidade.-----

138 - APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DE CANDIDATURA INTERREG EUROPE: NALO - NATURALLY LOCAL -----

--Foi presente a Informação nº3091/2025, subscrita pelo Técnico do Serviço de Captação de Fundos, que se transcreve na íntegra: -----

Câmara Municipal de Óbidos		465
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

---"ASSUNTO:**Candidatura INTERREG EUROPE: NALO - Naturally Local** -----

Em Maio de 2024 o Município de Óbidos integrou uma candidatura aos fundos europeus competitivos, do programa Interreg Europe, como representante português num consórcio de nove países, a convite do município de Selnica ob Dravi, da Eslovénia, e coordenador (leading partner) desta candidatura. Completam este consórcio localidades representantes de países como a Alemanha, Polónia, Espanha, França, Letónia, Montenegro e Suécia. -----

Esta candidatura designada "Naturally Local" inscreve-se nas prioridades das políticas europeias para a transição verde e combate às alterações climáticas, na procura de planos de acção apoiados no princípio NBS – Naturaly Based Solutions que são uma forma fundamental de abordar a adaptação e a resiliência socioecológica, com igual dependência dos domínios social, ambiental e económico. As NBS são inspiradas e apoiadas pela natureza, são económicas, proporcionam simultaneamente benefícios ambientais, sociais e económicos e ajudam a construir resiliência; tais soluções trazem cada vez mais diversidade da natureza, características e processos naturais aos territórios, através de intervenções sistémicas, adaptadas localmente e com eficiência de recursos, que se transformam assim em factores de desenvolvimento e resiliência das populações. - O projeto NATURALLY LOCAL visa melhorar e desenvolver instrumentos de políticas baseadas na natureza em 9 regiões europeias. O seu consórcio inclui 9 autoridades públicas de todas as 5 zonas do IE. Oito pequenas comunidades locais (Municípios) e uma é um governo distrital: todos desempenham um papel central na execução das ações NBS. Por serem unidades administrativas que estão próximas dos seus cidadãos e empresas, estão melhor posicionadas para envolver os cidadãos locais e comunidades, criando as condições adequadas e os apoios necessários para que as iniciativas locais floresçam, garantindo que a adaptação climática se transforma em acções significativas, eficazes e tangíveis para todos pessoas. -----

Os parceiros aplicarão os princípios do NBS principalmente em duas áreas: -----

- políticas de adaptação -----

- políticas de redução do risco de catástrofes -----

Os objetivos do projeto são: -----

a) AGIR = ACELERAR a transição para a neutralidade climática através da angariação de fundos da UE para aumentar a entrega de soluções SBN pelas comunidades locais da Europa. -----

b) INSPIRAR= MOTIVAR MUDANÇAS para outras autoridades públicas, mostrando as melhores práticas, histórias verdes, partilhando e disseminando resultados. -----

c) INTENSIFICAR = DESENVOLVER CAPACIDADE tanto a nível interno como com os vizinhos.

d) MEDIDA = COMPROMISSO DE MAPEAMENTO, realizando alterações de políticas -----

No dia 10 de Dezembro de 2024 recebemos o e-mail dos consultores do leading partner a informar da aprovação da candidatura. -----

Na prática, trata-se do financiamento de um projecto ambiental a executar em quatro anos pelos nove países, em que a fatia orçamental de Óbidos é de 194 300€, com um financiamento comunitário a 80%, ou seja na ordem dos 155 440€ e uma participação do município de 38.860€. -----

O financiamento deste projecto incide essencialmente em custos de pessoal , estando os restantes custos, administrativos, viagens e alojamento, aquisição de serviços e

Câmara Municipal de Óbidos		466
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

participação de especialistas, indexado (em flat rate) ao valor imputado aos custos de pessoal. -----

No dia 10 de Abril de 2025 recebemos da parte do Lead Partner o contrato de financiamento celebrado entre a Autoridade de Gestão do Programa Interreg Europe e o Lead Partner, Selnica Ob Deavi. -----

Sendo uma candidatura elaborada para formalização de uma rede europeia, existe a obrigatoriedade de outorgar um acordo de parceria, onde estão definidos os direitos e deveres de cada parceiro (Documento obrigatório nos termos do Manual do Programa Interreg Europe 2021-2027). -----

Tendo sido recebida a versão final do acordo de parceria que envio em anexo, solicito a sua apreciação e eventual aprovação de modo a ser assinada até ao dia 23 de Maio. -----

Anexo: elementos referentes à candidatura -----

Alexandre dos Santos Ferreira -----

TÉCNICO SUPERIOR” -----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA** refere que é uma candidatura no valor total de 194 mil e 300 euros financiada comunitariamente a 80% e há uma comparticipação por parte do município de 38 860. -----

---**O VEREADOR PAULO GONÇALVES**, refere que tem questões. Menciona que os valores são essencialmente para custos do pessoal, viagens e dormidas. Refere que em 172 páginas 2 são em português e as restantes em inglês, Questione quem é vai participar de Óbidos, a fazer o quê, em que datas, em que sítio e para quê. Refere que quem escreve que isto é bom, que dos 200 mil euros que se vai gastar, no final vamos só gastar 40 mil porque o resto é candidatura, o que vê é que se vai gastar 40 mil euros sem entender para quê. Entende que se fosse um projeto extraordinário, que não conseguem avaliar, que em 200 mil euros só se vai gastar 40, isto é espetacular. Refere que se está a falar de um gestor especializado externo, que veio trabalhar para a Câmara, e informa que vai votar contra por insuficiência de informação que possa levar o órgão a decidir o que quer que seja sobre o tema. -----

---**A VEREADORA ANA SOUSA** refere que na informação que veio do órgão não houve o cuidado de formatar, foi *copy paste*, têm dificuldade em ler. Menciona que é difícil apreciar o assunto e conseguir perceber então pede que se explique quais são as mais valias para Óbidos e quem serão os intervenientes. -----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA** menciona que esta candidatura tem que ver com o investimento na capacitação de recurso humanos, daí a necessidade das viagens, embora concorde que o que está traduzido no documento deveria vir com essa informação de quem são os recursos humanos que foram objeto de candidatura, mas que fará o pedido ao Gabinete de Captação dos Fundos Comunitários para que faça chegar a informação em português. -----

---**A Câmara aprovou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores Paulo Gonçalves, Ana Sousa e Vítor Rodrigues, a Candidatura INTERREG EUROPE: NALO - Naturally Local. Os Veradores do PS apresentam Declaração de Voto:** -----

“REUNIÃO DE CÂMARA DE 16 DE MAIO DE 2025 -----

Câmara Municipal de Óbidos		467
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

ponto nº 13 _ Apreciação e eventual aprovação de Candidatura INTERREG EUROPE: NALO - Naturally Local -----

O Executivo Municipal apresenta uma informação assinada pelo técnico superior Alexandre Ferreira, do serviço de captação de fundos, sem qualquer proposta de deliberação, mas inscrita na ordem de trabalhos sob o título “Apreciação e eventual aprovação de Candidatura INTERREG EUROPE: NALO - Naturally Local.” -----

Desde logo se perguntou porque está a Câmara Municipal na data de hoje a ponderar a aprovação da candidatura, quando a mesma foi, segundo informação do próprio técnico, já candidatada a fundos europeus em Maio de 2024 (“*Em Maio de 2024 o Município de Óbidos integrou uma candidatura aos fundos europeus competitivos, do programa Interreg Europe*”), tendo a mesma candidatura sido aprovada em dezembro de 2024 (“*No dia 10 de Dezembro de 2024 recebemos o e-mail dos consultores do leading partner a informar da aprovação da candidatura*”). -----

Como se comprova, a informação não pretende a aprovação da candidatura, mas sim a aprovação do acordo de parceria (“*Sendo uma candidatura elaborada para formalização de uma rede europeia, existe a obrigatoriedade de outorgar um acordo de parceria, onde estão definidos os direitos e deveres de cada parceiro. Tendo sido recebida a versão final do acordo de parceria que envio em anexo, solicito a sua apreciação e eventual aprovação de modo a ser assinada até ao dia 23 de Maio.*”). Uma inexactidão que merece o nosso reparo. E não só nosso. -----

Deve dizer-se que a dirigente financeira emite o seu despacho no sentido de que estaremos na presença de um acordo de parceria, mas tal não foi suficiente para corrigir a inscrição do ponto na ordem de trabalhos. -----

Acresce que o técnico subscritor da informação parece ter tido dificuldade em explicar os detalhes do projeto. Percebe-se que é um projeto na área ambiental, custos na ordem dos 200 mil euros, apoio a 80%, custos de pessoal, viagens, alojamento, políticas de adaptação, redução do risco de catástrofe. Mas pouco mais. -----

Em 172 páginas da informação, o técnico superior apresenta 170 páginas em língua inglesa, e nas 2 únicas páginas em português (as da sua informação) não conseguiu apresentar nenhuma das informações úteis para a decisão da Câmara Municipal: que soluções se preconizam com este projeto? que recursos humanos vão ser recrutados? para fazer o quê, concretamente? em que espaço? tempo? qual o impacto para o concelho de Óbidos? -----

Aliás, pela completa ausência de preocupação pela homogeneidade da formatação do texto, percebe-se que o técnico compilou, através da conhecida técnica ‘copy and past’, frases de vários documentos, de onde não resultou ganho substancial do que consta nos anexos em inglês. -----

Assim, sem perceber a importância do projeto para o concelho de Óbidos, ou sequer para a estrutura dos serviços municipais, onde o técnico Alexandre Ferreira vê um apoio de 155.440,00 €, os vereadores do partido socialista encontram um gasto de 38.860,00 €. -----

Em resumo: vamos gastar 194 mil euros, receber 155 mil euros de fundos europeus, com um custo efetivo de 39 mil euros do orçamento municipal, sem que se perceba quem vai ser contratado, quem vai viajar, quem vai ser alimentado e alojado, nem sequer para que fim ou resultado esperado. Como diz o povo, gastar por gastar. Os vereadores do Partido Socialista gostariam que todos os assuntos

Câmara Municipal de Óbidos		468
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

como este apenas viessem ao órgão Câmara Municipal devidamente instruídos e sem lacunas. Os assuntos da máquina administrativa das autarquias não se resolvem apenas com vontade, existem formalismos que devemos atender, sem nunca aligeirar a informação produzida ou desvalorizar os procedimentos, que são o garante da legalidade, da transparência, e neste caso da boa aplicação dos dinheiros públicos. O Presidente da Câmara, mesmo sem conseguir esclarecer as nossas questões, ainda assim, colocou o assunto a votação, razão pela qual apresentámos o nosso voto contra. -----
Paulo Gonçalves, Ana Sousa, Vítor Rodrigues” -----

139 - APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DE PEDIDO DE PARECER NOS TERMOS DO ARTIGO 54º DA LEI 91/95 DE 02/09, PARA CONSTITUIÇÃO DE PRÉDIO RÚSTICO EM COMPROPRIEDADE – PROCESSO N.º 224/25 CRT

Foi presente o processo identificado em epígrafe, instruído com a seguinte informação técnica, emitida na Divisão de Planeamento e Gestão, datada de 24 de abril de 2025: -----

“Pretende o requerente que seja certificado, para os efeitos previstos no art.54.º da Lei nº 91/95, de 02.09, com a redação introduzida pela Lei nº 64/03, de 23.08, em como a Câmara não vê inconveniente e emite parecer favorável à constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do prédio rústico, sito em Cortiço, descrito no registo predial sob o n.º 376 e inscrito na matriz Mista sob o artigo Rústico n.º 36 da secção O, freguesia de Óbidos (Stª Maria) . -----

A pretensão não se insere em área delimitada como AUGI (Área urbana de génese ilegal). Apreciada a pretensão não se vê inconveniente na constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do referido prédio rústico, não havendo qualquer fracionamento do mesmo. Eventual fracionamento do prédio, apenas pode ocorrer, caso se conforme com as disposições legais e regulamentares aplicáveis. -----

Nos termos e condições da presente informação, propõe-se o Deferimento do requerido, certificando-se em conformidade. -----

À consideração superior” -----

---**A VEREADORA ANA SOUSA** refere que se esteve a apreciar o assunto e não se conseguiu perceber se o requerente solicita a constituição de compartes sobre dois artigos pois a informação da Chefe de Divisão só incide sobre um dos artigos. Refere que não sabe se é intencional ou se só vão apreciar o número 36, secção O, ou se são os dois, porque quanto ao 34 não há informação que diga se há possibilidade ou não de constituir o aumento de compartes. -----

---**O VEREADOR TELMO FÉLIX** menciona ter sido um lapso uma vez que na informação do saneamento constam os dois. -----

---A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do prédio rústico do processo número 224/25, por não se inserir em AUGI – área delimitada como Área Urbana de Génese Ilegal e por não haver qualquer fracionamento do prédio e que este apenas pode ocorrer caso se conforme com as disposições legais e regulamentares aplicáveis. A Câmara deliberou sobre os dois artigos, com a ressalva de ser corrigida a informação da Chefe de Divisão. -----

Câmara Municipal de Óbidos		469
Ata n.º 10/2025	Reunião de 16.05.2025	

--- **ENCERRAMENTO**: Pelas 13 horas e 20 minutos o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, do que para constar se lavrou a presente ata, que por unanimidade foi aprovada em minuta no final da mesma, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, Carla do Rosário Lourenço Rosendo, que a lavrei.-----